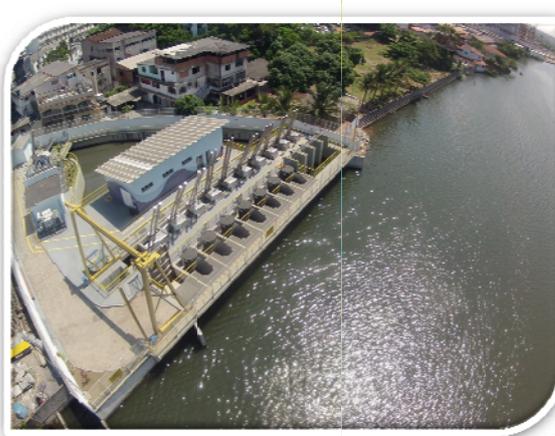




PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VITÓRIA - ES (PMSB)



RELATÓRIO PARCIAL

Codificação:	Revisão:	Data de Emissão:
00260.RT.0006	00	FEVEREIRO/2014

Nº. 06



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DE 01/02/2014 A 28/02/2014	7
3. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	7
3.1 PRODUTO 01: DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMSB..	7
3.1.1 Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental – Participação Social e Comunicação	8
3.2 PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	20
3.2.1 Dados Primários e Secundários.....	20
3.2.1.1 <i>Manejo de Águas Pluviais</i>	20
3.2.1.2 <i>Resíduos Sólidos</i>	43
3.2.2 Situação Institucional.....	54
3.2.2.1 <i>Recursos Humanos Alocados nos Serviços de Saneamento Básico</i>	54
3.2.2.2 <i>Órgãos responsáveis pelos quatro componentes do Saneamento na Prefeitura de Vitória</i>	55
3.2.2.3 <i>Programa Terra Mais Igual</i>	59
3.2.2.4 <i>Áreas ou atividades onde ocorre cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processo, equipamentos e infraestrutura, relativos à gestão do saneamento básico</i>	62
3.2.2.5 <i>Organizações sociais relacionados à saúde, saneamento e meio ambiente</i>	64
3.2.3 Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável.....	65
3.2.3.1 <i>Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável nas Poligonais</i>	65
3.2.3.2 <i>Intermitência no abastecimento de água nas Poligonais</i>	68
3.2.3.3 <i>Diagnóstico Participativo com a Comunidade</i>	69
3.2.4 Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário.....	71



3.2.4.1 Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário nas Poligonais	71
3.2.4.2 Diagnóstico Participativo com a Comunidade	74
3.2.5 Situação da Habitação	75
4. PLANEJAMENTO PARA AS ATIVIDADES DO PRÓXIMO PERÍODO (01/03 A 31/03/2014)	104
4.1 PRODUTO 01: DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMSB	104
4.2 PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	105
5. REFERÊNCIAS.....	106
ANEXO 01: BOLETIM DE MEDIÇÃO	107
ANEXO 02: CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E CURVA “S”	108
ANEXO 03: RELATÓRIOS DAS VISITAS TÉCNICAS.....	109
ANEXO 04: ATAS DE REUNIÃO DO MÊS DE FEVEREIRO.....	110
ANEXO 05: RELATÓRIOS DAS REUNIÕES COM A COMUNIDADE.....	111



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Material de Sensibilização da Reunião (1).....	9
Figura 2: Material de Sensibilização da Reunião (2).....	10
Figura 3: Abertura Sra. Vanilda Lucas- Gerência de Infraestrutura da SEMOB.....	16
Figura 4: Abertura Arcadis Logos.....	16
Figura 5: Participantes da Reunião.	17
Figura 6: Momento de contribuição (grupos).....	17
Figura 7: Momento de Contribuição (grupos).....	17
Figura 8: Montagem do painel para validação do grupo.	18
Figura 9: Apresentação dos resultados dos Grupos (1).....	18
Figura 10: Apresentação dos resultados dos Grupos (2).....	18
Figura 11: Fluxograma atual do gerenciamento de RSS em Vitória.....	48
Figura 12: Cobrança da TCRS no IPTU de imóvel de Vitória.....	52
Figura 13: Organograma da SEMMAM.....	57
Figura 14: Organograma informal do Programa Terra Mais Igual.....	60
Figura 15: Mapa do Município de Vitória com destaque para as Poligonais e Zonas Especiais de Interesse Especial – ZEIS 1 e 2.....	62
Figura 16: Execução de canaleta na Rua Belmiro Teixeira Pimenta – Jardim Camburi.....	63



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Material distribuído na Reunião.....	10
Tabela 2: Informações sobre o Abastecimento de Água Tratada.....	11
Tabela 3: Informações sobre o Esgotamento Sanitário.....	12
Tabela 4: Informações sobre Drenagem Pluvial.....	13
Tabela 5: Informações sobre Resíduos Sólidos.....	14
Tabela 6: Locais de Reuniões das Comunidades.....	19
Tabela 7: Número de demandas da SEMOB – Ano 2012.....	37
Tabela 8: Número de demandas da SEMOB – Ano 2013.....	38
Tabela 9: Número de Demandas da SEMOB – Outubro de 2012 a Fevereiro de 2013.....	39
Tabela 10: Número de Demandas da SEMOB – Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014.....	40
Tabela 11: Demandas de Desobstrução de Rede de Drenagem por Regionais – Ano 2012.....	41
Tabela 12: Demandas de Desobstrução de Rede de Drenagem por Regionais – Ano 2013.....	41
Tabela 13: Diagnóstico Participativo - Regional I.....	43
Tabela 14: Programação de mutirões de limpeza nos morros de Vitória.....	50
Tabela 15: Resumo do diagnóstico participativo, tema “resíduos sólidos”, da Regional I.....	53
Tabela 16: quantitativo de servidores por Secretaria e Grau de Instrução.....	54
Tabela 17: Poligonais atendidas pelo Programa Terra Mais Igual.....	61
Tabela 18: Resumo do diagnóstico participativo, tema “abastecimento de água”, da Regional I.....	69
Tabela 19: Resumo do diagnóstico participativo, tema “esgotamento sanitário”, da Regional I.....	75
Tabela 20: Orçamento consolidado do Plano Municipal de Habitação e de regularização Fundiária de Interesse Social, 2008.....	98



LISTA DE MAPAS

Mapa 1: 00260.MP.0008-02 dos Pontos de Alagamentos da Regional IV.....	22
Mapa 2: 00260.MP.0007-02 dos Pontos de Alagamentos da Regional III.	24
Mapa 3: 00260.MP.0004-03 Mapa dos Pontos de Alagamentos do município de Vitória.	26
Mapa 4: 00260.MP.0038-00 - Manchas de Abastecimento de Água.	70



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos quantitativos coletados pelo município para RSU e Inertes.	44
Gráfico 2: Evolução das médias coletados pelo município para RSU e Inertes.....	45
Gráfico 3: Evolução dos quantitativos de RSS coletados pelo município de Vitória..	45
Gráfico 4: Quantitativos de resíduos Classe IIA e IIB destinados por empresas particulares de Vitória na Marca Ambiental.....	46



1. APRESENTAÇÃO

Estamos apresentando o Relatório Parcial RP06, referente ao mês de fevereiro de 2014 que abrange os serviços da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Vitória no componente do saneamento que integra: abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O objetivo deste documento é atender ao escopo dos serviços conforme contrato PMV/SEMOB nº. 034/2013 assinado em 16/09/2013 pela Arcadis Logos S.A. e a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), em cumprimento à elaboração dos Relatórios Produtos 01 a 06 a serem entregues sequencialmente, de acordo com o Cronograma apresentado no RP01.

Neste relatório, além das atividades programadas e desenvolvidas para o mês, constam o Cronograma de acompanhamento Físico-Financeiro e o Boletim de Medição do período de 01/02/2014 a 28/02/2014, e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas para o mês seguinte, de março de 2014.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DE 01/02/2014 A 28/02/2014

O RP06 contempla assuntos dos Produtos 01 e 02, detalhados no item 3, tendo como base o Termo de Referência do PMSB fornecido pela PMV.

As demais fontes utilizadas para elaboração deste Relatório estão citadas na Bibliografia.

3. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

3.1 PRODUTO 01: DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMSB



3.1.1 Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental – Participação Social e Comunicação

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM OS GERENTES DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS:

Após análise dos questionários técnicos (RP5) distribuídos na primeira quinzena de dezembro de 2013 em todas as Regionais Administrativas, optou-se em realizar uma reunião envolvendo todos os gerentes para a validação das contribuições nos quatro Temas do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Vitória.

Na reunião estavam presentes 07 Regionais Administrativas, com exceção da Regional V - Praia do Canto. A condução da reunião se deu através de Oficina de Trabalho com uma metodologia de grupos onde os participantes contribuíram no primeiro momento com as deficiências existentes em suas Regionais referente às vertentes que estão sendo trabalhadas na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (Esgoto, Abastecimento de Água, Drenagem e Resíduos Sólidos) e em seguida foram colhidas as sugestões de melhorias para cada tema.

Abaixo a dinâmica e conteúdo da reunião:

REUNIÃO COM GERENTES E TÉCNICOS DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS:

DATA: 14/02/2014

HORÁRIO: 10:00 às 12:30 hs

LOCAL: SEMOB/PMV

ABERTURA: SEMOB / ARCADIS LOGOS

ARCADIS LOGOS: APRESENTAÇÃO DO PMSB E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO

CONDUÇÃO DA REUNIÃO:

- Distribuição do material e sensibilização para a contribuição em cada Grupo;



- Dividir em Grupos de Trabalho (conforme o nº de participantes);
- Distribuição das fichas de cartolina e pincel atômico;
- Distribuição do material impresso -Tabela 1 (Contribuição do Grupo nos 4 Temas);

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS NO GRUPO:

- Momento da Contribuição;
- Recolhimento das fichas;

SUGESTÃO DE MELHORIAS:

- Distribuição das Fichas diferenciadas;
- Momento da Contribuição;
- Recolhimento das fichas, montagem do painel e validação das contribuições (apresentação dos resultados pelos participantes)
- Encerramento - SEMOB/ARCADIS LOGOS.



Figura 1: Material de Sensibilização da Reunião (1).



Objetivo do PMSB/PMV

➔ Dotar a PMV de instrumentos de Gestão e Planejamento de Curto, Médio e Longo Prazo de Ações Estruturais e Não Estruturais para o Saneamento do Município, tendo como diretriz a Política Federal de Saneamento Básico, definindo objetivos e metas para a Universalização dos 4 (quatro) componentes do Saneamento: Água, Esgoto, Drenagem Urbana e Resíduos Sólidos, garantindo o uso sustentável dos recursos hídricos e preservando o meio ambiente em atendimento às necessidades da geração atual sem comprometer a sobrevivência e a qualidade de vidas das gerações futuras.

Figura 2: Material de Sensibilização da Reunião (2).

Tabela 1: Material distribuído na Reunião.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA Cobertura de atendimento (existência de rede de distribuição); Regularidade de Abastecimento (Intermitência e/ou deficiência);	SUGESTÕES DE MELHORIAS (fichas diferenciadas)
ESGOTAMENTO SANITÁRIO Cobertura da coleta (existência de rede coletora); Situação da interligação (ligações domiciliares na rede coletora); Funcionamento das ETEs e estações elevatórias (ocorrência de desativação e/ou extravasamento);	SUGESTÕES DE MELHORIAS (fichas diferenciadas)
DRENAGEM URBANA Conferência do Mapa Final de Pontos de Alagamentos (após modificações da Regional e da SEMOB); Descrever o procedimento adotado ao identificar ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem; Sobre Limpeza e manutenção: - Descrever os problemas enfrentados com a empresa terceirizada que executa a limpeza das galerias de drenagem; - Descrever os problemas de varrição de ruas e limpeza de caixa ralo executados pela SEMSE; - Descrever equipe técnica mínima e equipamentos necessários para execução de manutenção e limpeza das redes da Regional.	SUGESTÕES DE MELHORIAS (fichas diferenciadas)



LIMPEZA URBANA e MANEJO de RESÍDUOS SÓLIDOS	
Avaliação quanto à limpeza das ruas e serviço de varrição pública; Cumprimento dos horários de coleta de lixo, tanto pela população quanto pelos caminhões de coleta; Avaliação da quantidade de pontos de coleta seletiva nos bairros; Existência de pontos irregulares de deposição de entulho e/ou resíduos domiciliares; Existência de programas/campanhas educativos sobre resíduos e avaliação sobre a eficiência desses programas;	SUGESTÕES DE MELHORIAS (fichas diferenciadas)

Resultados Obtidos:

A equipe técnica da Arcadis Logos esteve presente para o apoio no desenvolvimento das atividades junto aos grupos de trabalho.

Após a compilação dos dados coletados, apresentam-se abaixo as contribuições:

Tabela 2: Informações sobre o Abastecimento de Água Tratada.

1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
REGIONAIS	MELHORIAS
Grupo 1: Regionais III e VI Não há inexistência de rede em todas as regionais do município; Existem intermitências devido: Faltam boosters para áreas elevadas Ponta de rede; Pressões entregues com menos de 12 mca; Dificuldade/demora no atendimento de vazamento.	
Grupo 2: Regionais II e VIII Regional 2 e 8: Atendimento 100%; Regional 2: Intermitência nos morros acima da cota 50m; Regional 8: Abastecimento normal.	Regional 2: Nos morros – Implantação de booster; Regional 8: setorizar atendimento. CESAN já está com projeto em andamento.



<p>Grupo 3: Regionais VI e VII</p> <p>Regional 7: local sem rede, intermitência no abastecimento; Regional 6: Sem informações ; considerado eficiente.</p>	<p>Regional 7: Escritório local móvel (informações/ident. deficiências), educação e conscientização;</p> <p>Regional 6: Educação e conscientização.</p>
<p>Grupo 4: Regionais I e IV</p> <p>Em cotas mais elevadas ocorre a irregularidade do abastecimento (deficiência); Ocorrência de vazamento em redes antigas; Danos à rede de drenagem durante a manutenção da CESAN; Falta de fiscalização junto as empresas prestadoras de serviços da CESAN.</p>	<p>Construção de reservatórios em regiões de cotas mais elevadas; Substituição das redes antigas; Fiscalização da CESAN junto as empreiteiras.</p>

Tabela 3: Informações sobre o Esgotamento Sanitário.

2 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
REGIONAIS POR GRUPO	MELHORIAS
<p>Grupo 1: Regionais III e VI</p> <p>Não existem 100% de coleta e tratamento; Existem redes desinterligadas do sistema; Existem interligações clandestinas entre esgoto e drenagem; “águas cruzadas”; As áreas de morro (na maioria) não tem rede de esgoto; Demora de atendimento pela concessionária.</p>	
<p>Grupo 2: Regionais II e VIII</p> <p>Regional 02: Parte plana =100% atendida. Parte morros = +/- 70%; Reg. 08: Atendimento normal = 100%; Reg. 02/08: Deficiente = carece de identificar ligações clandestinas. Estação Bombeamento com interligação à rede de drenagem pluvial eventual.</p>	<p>Identificar ligações clandestinas; Eliminar “by-pass” da CESAN; Melhorar manutenção das elevatórias da CESAN/PMV.</p>
<p>Grupo 3: Regionais VI e VII</p> <p>Regional 7: Rede coletora existente em dois bairros e funcionando. Demais bairros, rede existente sem ligação domiciliar. ETES e elevatórias (funcionamento precário); Regional 6: Rede coletora existente na maior parte da área, com ligações. ETES e</p>	<p>Regional 7: Identificar ligações clandestinas e odores na galeria de drenagem (bairro República e Maria Ortiz); Regional 6: Colocar em funcionamento SES Santo Antônio.</p>



elevatórias com problemas frequentes na elevatória de Maria Ortiz.	
Grupo 4: Regionais I e IV Nas regiões de morro faltam redes coletoras de esgoto; Extravasos de esgoto ligados permanentemente na rede de drenagem; Falta de manutenção e limpeza na caixa LP; Falta de manutenção e limpeza das redes; Falta de ligação do esgoto domiciliar à rede.	Execução das redes coletoras; Georreferenciamento dos pontos de extravasos para monitoramento; Manutenção e limpeza LP; Manutenção e limpeza das redes; Políticas mais agressivas para que as ligações sejam realizadas; Execução pela PMV e cobrança no IPTU.

Tabela 4: Informações sobre Drenagem Pluvial.

3 - DRENAGEM PLUVIAL	
INDICAÇÃO DO PROBLEMA	INDICAÇÃO DE MELHORIAS
Grupo 01: Regional III e VI Não existe método para identificar ligações clandestinas de esgoto; O tempo disponível do caminhão sugador na Regional é insuficiente, principalmente na época de chuva; Caminhão a vácuo está sempre indisponível; Caminhão conjugado chega para prestar serviço e já está “cheio”, tendo que retornar logo para “esvaziar”, ficando poucas horas; Falta programação das caixas-ralos; Problema de comunicação entre a SEMSE e as Regionais;	Caminhão sugador: aumentar dias de atendimento e dar continuidade nos serviços iniciados; Disponibilizar um equipamento por Regional, todos os dias, para que o serviço seja realizado de modo preventivo, não corretivo.
Grupo 02: Regional II e VIII Não existe procedimento padrão quanto às ligações clandestinas de esgoto identificadas; Falta equipamento específico e manual para limpeza das galerias;	A limpeza deve ser regionalizada, com técnico da SEMSE lotado na Regional; Sugestão de equipe: Regional II: 30homens/dia; Regional VIII: 20 homens/dia;
Grupo 03: Regional VI e VII São identificadas ligações clandestinas de esgoto durante manutenção na rede de drenagem, mas não há procedimento padrão; Insuficiência de equipe/equipamento para manutenção e limpeza das redes; Falta de continuidade na limpeza das caixas-ralos; Muitas redes estão assoreadas e entupidas;	Resolução dos problemas identificados por meio de planejamento (projetos); Criação de Arquivo técnico de Drenagem e Esgoto; Plano de Manutenção e Limpeza de Redes e Galerias;



<p>Grupo 04: Regional I e IV</p> <p>Em específico para a Regional I: Falta de disponibilidade do serviço de limpeza em horário noturno (devido ao contrato); Falta de Plano permanente para limpeza e manutenção de galerias; O efetivo da SEMSE não atende toda a demanda de varrição e limpeza de caixa-ralo; Em período seco é necessário caminhão conjugado em no mínimo três vezes na semana; Em período chuvoso no mínimo quatro vezes na semana;</p>	<p>Elaboração de contrato que contemple horários especiais;</p> <p>Contrato permanente para limpeza de galerias;</p> <p>Aumento do efetivo da SEMSE e Plano de Atuação para atender à limpeza de caixas-ralos;</p> <p>Contrato de Manutenção e Limpeza de Galerias e Redes com maior quantitativo de horas;</p>
--	---

Tabela 5: Informações sobre Resíduos Sólidos.

4 – RESÍDUOS SÓLIDOS	
IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS	SUGESTÕES DE MELHORIAS
<p>Grupo 1: Regionais III e VI</p> <p>Varrição de resíduos pelas equipes de limpeza urbana para dentro das caixas-ralos de drenagem urbana; Municípios colocam lixo domiciliar nas ruas fora do horário correto, e em pontos irregulares; Municípios reclamam quando o bairro não possui estações de bota-fora. A avaliação dos gerentes das regionais é que estão distribuídas em número insuficiente; Deficiência de pontos de entrega voluntária (PEV) de resíduos recicláveis. Relatou-se que às vezes os caminhões coletores dos PEV's danificam os equipamentos.</p>	<p>Tornar as mesmas equipes de varrição responsáveis pela limpeza das caixas-ralo de drenagem pluvial, como forma de inibir que os varredores lancem os resíduos nas caixas-ralos; A PMV deve realizar campanhas com as lideranças para ratificar os horários de coleta dos resíduos domiciliares; Aumentar o número de pontos de coleta seletiva por PEV's.</p>
<p>Grupo 2: Regionais II e VIII</p> <p>Avaliam os serviços de limpeza e varrição como deficientes nas periferias e morros; A empresa de coleta de resíduos domiciliares cumpre os horários especificados no site da PMV, porém a população não respeita os horários estabelecidos; Deficiência de pontos de coleta seletiva; Existência de vários pontos irregulares de resíduos, principalmente na Regional II; Faltam campanhas educativas a respeito do tema;</p>	<p>Coleta de resíduos domiciliares e comerciais noturna nas vias principais; Transformar os pontos irregulares de resíduos em obras de artes ou praças públicas; Criação de campanhas educativas nas mídias em todos os bairros;</p>



<p>Grupo 3: Regionais VI e VII</p> <p>Varrição e capina deficiente; Os moradores não respeitam os horários estabelecidos de coleta de resíduos domiciliares. Os caminhões coletores cumprem os horários; Existência de vários pontos irregulares de deposição de resíduos. Ponto irregular de grande porte em Maria Ortiz; Faltam PEV's nos bairros para coleta seletiva; Desconhecem campanhas educativas sobre o tema "resíduos sólidos".</p>	<p>Palestras educativas ministradas pelos próprios garis para os munícipes, expondo sua experiência e dificuldades enfrentadas no dia a dia; Aumentar a frequência de limpeza das caixas-ralos das vias; Adequação dos horários de coleta à realidade dos munícipes; Criação de concurso/premiação para ruas/bairros mais limpos.</p>
<p>Grupo 4: Regionais I e IV</p> <p>Limpeza urbana e varrição insuficiente; População não cumpre os horários de coleta estabelecidos; Insuficiência de PEV's para coleta seletiva; Muitos pontos irregulares de resíduos nos bairros das Regionais; Desconhecimento de campanhas educativas nas Regionais;</p>	<p>Aumento de pessoal e equipamentos de limpeza urbana; Implantação de campanhas educativas a respeito do tema resíduo sólidos; Aumento dos PEV's para coleta seletiva.</p>

Síntese Conclusiva:

Além das contribuições apresentadas anteriormente, no momento da validação dos resultados foram sugeridas as seguintes melhorias:

- ✓ Integração dos serviços oferecidos pela SEMSE às Regionais Administrativas e SEMOB através de comunicação mais eficiente contemplando planejamento das atividades. Os participantes demonstraram durante a Oficina que em muitas vezes, caminhões sugadores e equipamentos envolvidos nas atividades de limpeza e manutenção do sistema de drenagem, não conseguem atender a demanda das Regionais, devido à precariedade de comunicação e integração entre as secretarias envolvidas.
- ✓ Dotar a Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Vitória, uma percentagem destinada às atividades do Plano de Manutenção de Redes



Pluviais, a exemplo da Secretaria Municipal de Educação, por se tratar de serviços de extrema importância e de primeira necessidade à comunidade.

- ✓ Elaboração de Programa de Educação Ambiental no tema Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos com as seguintes vertentes:
 - Disposição dos resíduos pela comunidade (causas do não cumprimento de horários);
 - Localização dos Postos de Coleta Seletiva;
 - Capacitação dos “garis” para atuar junto à comunidade;
 - Resíduos da Construção Civil (obstrução do sistema de drenagem);
 - Concursos e premiações para o Bairro mais limpo.



Figura 3: Abertura Sra. Vanilda Lucas- Gerência de Infraestrutura da SEMOB.



Figura 4: Abertura Arcadis Logos.



Figura 5: Participantes da Reunião.



Figura 6: Momento de contribuição (grupos).



Figura 7: Momento de Contribuição (grupos).



Figura 8: Montagem do painel para validação do grupo.



Figura 9: Apresentação dos resultados dos Grupos (1).



Figura 10: Apresentação dos resultados dos Grupos (2).



LOCAL DAS REUNIÕES COM A COMUNIDADE

Os locais para a realização das reuniões com as comunidades foram definidos juntamente com a SEMOB-GINFRA e a preferência foi a utilização de infraestrutura da Prefeitura Municipal de Vitória/PMV. Abaixo a Tabela 02 com as datas e locais definidos das reuniões com a comunidade:

Tabela 6: Locais de Reuniões das Comunidades.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - REUNIÃO COM AS COMUNIDADES		
REGIONAIS	BAIRROS / REUNIÃO	PROPOSTA DE LOCAL DAS REUNIÕES
REGIONAL I	1 – Vila Rubim / Santa Clara / Do Moscoso / Parque Moscoso 26/02	Mezanino da Vila Rubim- Mercado da Vila Rubim
	2 - Piedade/ Fonte Grande / Centro / Forte São João 27/02	EMEF São Viciente de Paulo- Pça Irmã Josepha Hosanah, S/N (3223-4171)
REGIONAL II	1 – Grande Vitoria / Estrelinha / Universitário / Inhanguetá 11/03	Igreja dos Mormons Rodovia Serafim Derenzi Bairro: Universitário
	2 – Santo Antonio / Bela Vista / Santa Teresa / Do Cabral 12/03	CMEI Darcy Vargas Rodv. Serafim Derenzi, 610 Bela Vista (3222-1878)
	3 – Ariovaldo Favalessa / Caratoira / Mario Cypreste / Ilha do Príncipe/Do Quadro 13/03	Auditório Tancredão
REGIONAL III	1 – Fradinhos / Romão / Cruzamento / Jucutuquara 18/03	Auditório do IFES
	2 – Nazaré / Ilha de Santa Maria / Monte Belo / Bento Ferreira / Jesus de Nazaré 19/03	Auditório da PMV
	3 – De Lourdes, Consolação / Horto / Gurigica 20/03	EMEF Prof. João Bandeira R. Dr. Américo Oliveira, 421 Consolação (3227-9932)
REGIONAL IV	1 – Tabuazeiro, Maruípe, Santa Cecília, Santos Dumont 25/03	Auditório EMEF-Suset Countet Rua Oto Ramos , 69 Maruípe (3223-9888)
	2 – Bonfim / Da Penha / Itararé / São Benedito 26/03	EMEF Otto Ewald Junior Rua Daniel Abreu Machado, 546 (3227-4269)
	3 – Joana Darc, São Cristovão, Santa Martha / Andorinhas 27/03	EMEF Orlandina Lucas-São Cristovão Rua Luiz Gomes Tavares, S/N (3324-83-30)
REGIONAL V	1 - Santa Luzia / Santa Lucia / Praia do Sua / Sta. Helena / Enseada 09/04	EMEF Maria Leonor Pereira da Silva (Quadra) ?
	2 – Praia do canto / Barro Vermelho / Ilha do Boi / Ilha do Frade 10/04	Escola Estadual Irmã Maria Orta
REGIONAL VI	1 - Pontal de Camburi, Jardim da Penha, Mata da Praia, Republica / Morada de Camburi 23/04	EMEF Eber Louzada Zippinotti R. Natalina Daher Vervloet, 560 Jardim da Penha (3235-1082)
	2 – Aeroporto, Jabour, Maria Ortiz, Solon Borges, Segurança do lar, Antonio Honório, Boa Vista / Goiabeira 24/04	EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes Av. Jeronimo Vervloet, 560 Maria Ortiz (3327-0805)
REGIONAL VII	1 – São Pedro, Santos Reis, Condusa, São José, 06/05	Sugestão: Centro Comunitário São Pedro ou Unidade de Saúde Ilha das Caieiras
	2 – Ilha das caieiras / Santo Andre / Redenção 07/05	EMEF Eliane Rodrigues dos Santos Rua felicidade Correia dos Santos, 620 Ilha das Caieiras (3322-5575)
	3 – Nova palestina / Conquista / Resistência 08/05	EMEF Rita de Cássia Silva Oliveira Rua São Sebastião Resistência (3215-2936)
REGIONAL VIII	1 - Jardim Camburi 14/05	EMEF Adevalni S. Ferreira de Azevedo Av. Victorino Cardoso, 140 Jardim Camburi (3337-3215)



REUNIÕES DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO COM AS COMUNIDADES

O processo de mobilização e divulgação para a realização das Reuniões do Diagnóstico participativo foi descrito no Anexo 05, através do Relatório da Empresa Subcontratada DOC Soluções.

METODOLOGIA UTILIZADA NAS REUNIÕES

A equipe técnica da Arcadis Logos utilizou uma metodologia de apresentação técnica com informações sobre cada Tema (Abastecimento de Água Tratada, Esgoto Sanitário, Drenagem Pluvial e Resíduos Sólidos) utilizando de uma linguagem acessível de fácil entendimento com objetivando que ao final da apresentação os presentes pudessem se manifestar com perguntas e sugestões que irão compor o diagnóstico de percepção da população.

Com o objetivo de avaliar o conhecimento e a satisfação da população referente aos serviços prestados pela Municipalidade, durante a reunião foram distribuídos ainda questionários com perguntas pertinentes aos quatro temas (Abastecimento de Água Tratada, Esgoto Sanitário, Drenagem Pluvial e Resíduos Sólidos).

3.2 PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

3.2.1 Dados Primários e Secundários

3.2.1.1 Manejo de Águas Pluviais

Em reunião do dia 14/02/2014 com presença dos Gerentes das Regionais Administrativas e equipe técnica da SEMOB, foram identificados alguns problemas sobre Drenagem Pluvial, relatados a seguir.

A principal deficiência relatada pelos Gerentes é quanto à limpeza e manutenção das redes e galerias de drenagem, pois os contratos existentes para este serviço contemplam poucas horas para execução de toda a demanda.



Divididos em Grupos (dois Gerentes e dois engenheiros da SEMOB/Arcadis Logos), além das informações, também foram confirmados os Mapas de Alagamentos de cada Regional. Neste Relatório não consta a Regional V, pois não a equipe técnica responsável não estava presente.

Seguem os relatos de cada Gerência Regional sobre Drenagem Pluvial:

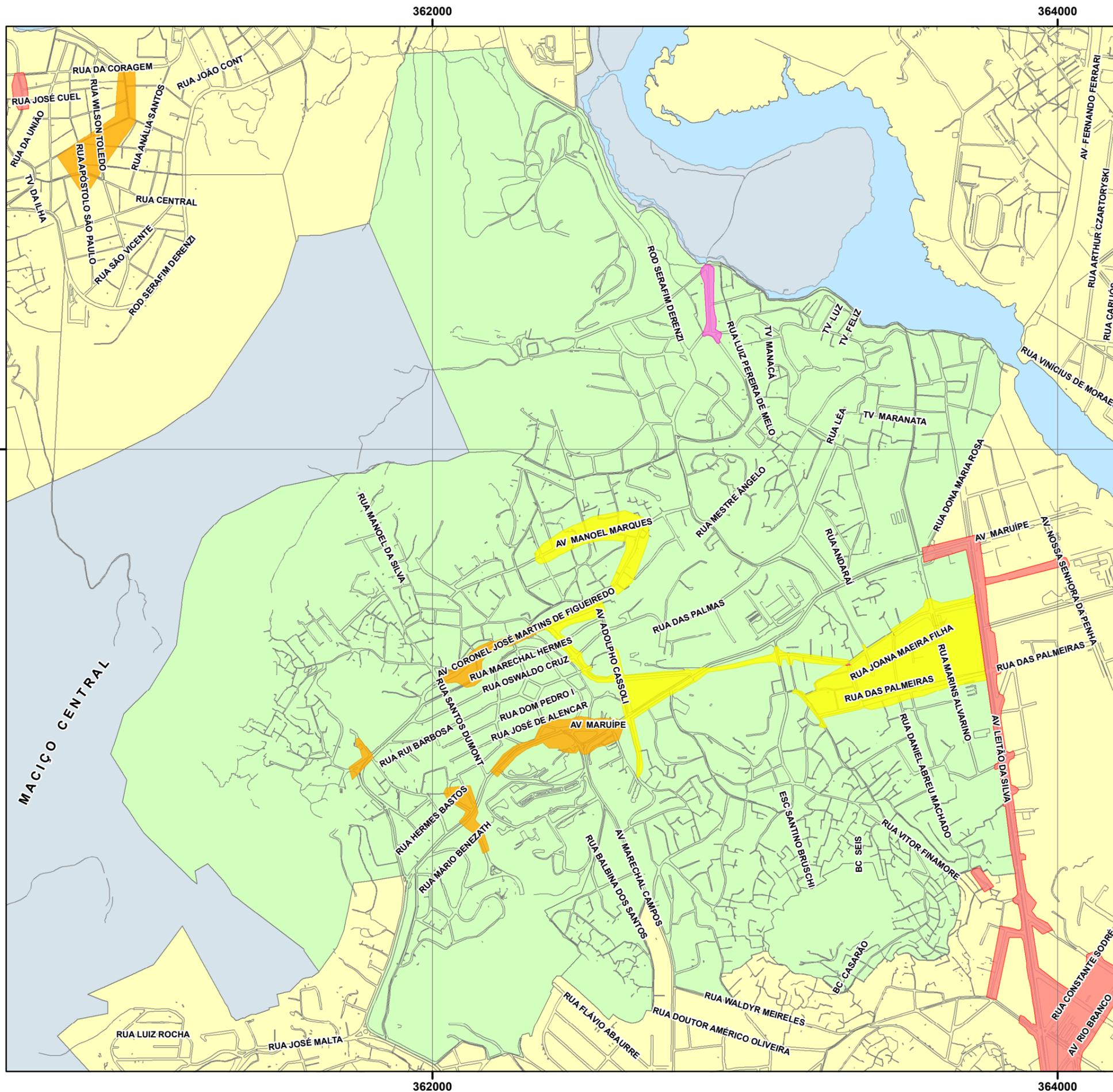
Regional I e IV:

- A Regional I contempla o Centro da cidade e devido ao comércio e trânsito intenso, tem dificuldades para realizar os serviços de manutenção e limpeza no período diurno. O contrato existente não disponibiliza horas noturnas.
- Não há Plano permanente de manutenção e Limpeza das Redes e galerias de drenagem, somente contratos em específico;
- O efetivo da SEMSE não atende toda a demanda de varrição de ruas e limpeza de caixas-ralos;
- Nos períodos secos é necessário caminhão conjugado no mínimo três vezes na semana; Em período chuvoso é necessário no mínimo quatro vezes na semana;

Os Gerentes das Regionais I e IV, Karine Pacheco e Rogério Zorzal, solicitam que os próximos contratos a serem elaborados de manutenção e limpeza contemplem horários especiais e um maior quantitativo de horas para cada Regional. Também salientam a importância de um maior efetivo da equipe de varrição e limpeza de caixa-ralo da SEMSE, além de um Plano de atuação para atendimento de toda a demanda.

O Mapa de Alagamentos da Regional I foi confirmado, conforme apresentado no RP05. Quanto ao Mapa da Regional IV, o Gerente Rogério Zorzal modificou uma área de alagamento na qual ele não reconhecia, na Bacia José Delazare (nº77). O mesmo informou que entre os anos de 2008 e 2009 houve obras no local, com substituição da rede de drenagem, por isso não há mais alagamentos na região.

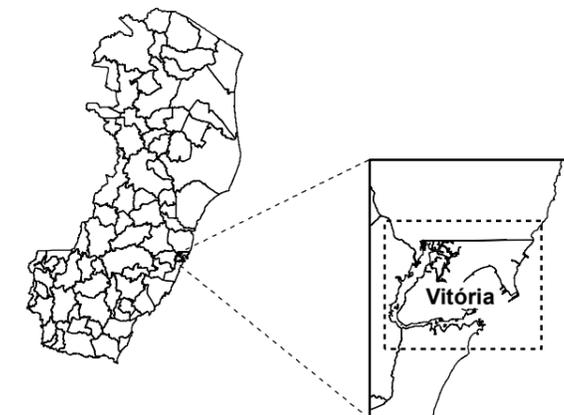
Segue Mapa 00260.MP.0008-02 com os Pontos de Alagamentos da Regional IV:



Legenda

-  Limite Municipal
-  Regional IV
-  Áreas Alagáveis PDDU
-  Áreas de Alagamento Extintas Devido às Obras
-  Áreas de Alagamento Extintas Devido às Obras do PDDU
-  Áreas de Alagamento com Previsão de Extinção Após Conclusão das Obras do PDDU
-  Área de Alagamento sem Conhecimento da Regional
-  Estrutura Viária

Localização Geográfica



Dados Cartográficos


 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal WGS 84
 Zona 24S
 Escala 1:13.000


Cliente  PREFEITURA DE VITÓRIA	Executante 
--	--

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VITÓRIA - ES

Título
Mapa das Áreas Alagáveis - Regional IV

Fonte
Plano Diretor de Drenagem Urbana do Município de Vitória

Elaboração Ivan Drago Mattiuzzi Técnico em Geoprocessamento CREA ES-30.145/TD	Coordenador Orlando Peixoto Esteves Engenheiro Civil CREA RJ-16.832-D
--	--

Arquivo Digital 00260.MP.0008-02	Data FEVEREIRO/2014	Revisão 01
-------------------------------------	------------------------	---------------



Regional II e VIII:

- Falta equipamento específico para limpeza das galerias;
- Ao identificar ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem, não há procedimento padrão das Regionais para eliminação das mesmas;

Os Gerentes das Regionais II e VIII, Edésio Fraga e Délio Esteves, sugeriram que a limpeza de ruas e caixas-ralos fosse regionalizada, com um técnico da SEMSE lotado em cada Regional, facilitando a identificação e solução das demandas. Também sugeriram para a elaboração dos contratos, a equipe técnica mínima necessária para suprir a demanda de manutenção e limpeza das redes e galerias; Para Regional II: 30 homens/dia e Regional VIII: 20 homens/dia.

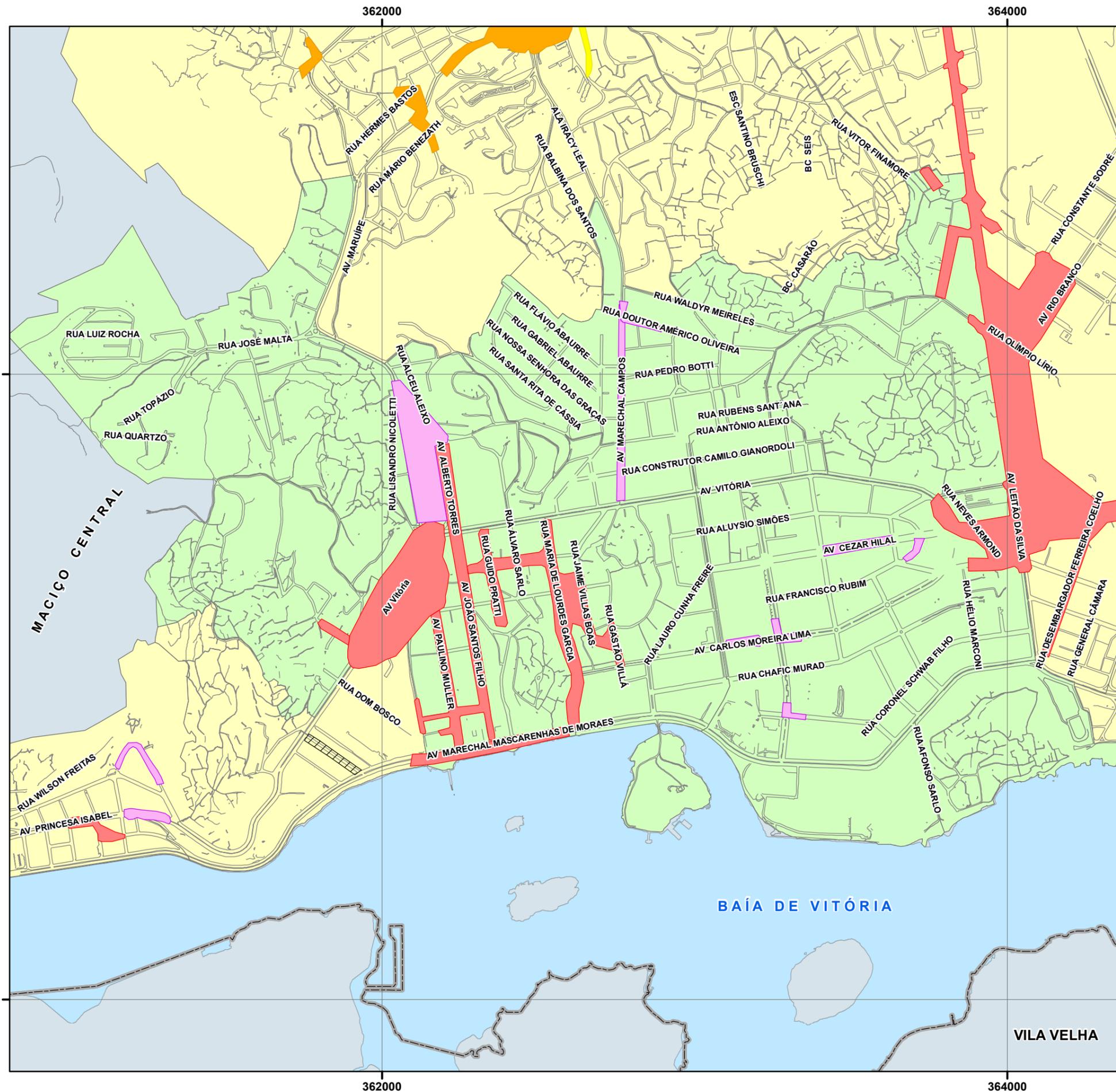
Os Mapas de Pontos de Alagamentos destas Regionais foram confirmados, conforme apresentado no RP05.

Regional III e VI:

- O tempo disponível do caminhão sugador na Regional é insuficiente, principalmente no período de chuvas;
- O caminhão a vácuo está sempre indisponível;
- A Regional III relatou que, com frequência, o caminhão conjugado chega “cheio”, ficando poucas horas a disposição da Regional, pois logo tem que retornar para “esvaziar”;
- Não há programação de limpeza de caixas-ralos pela SEMSE;
- Há problemas de comunicação entre a SEMSE e as Regionais;

A Gerente da Regional III, Thaiz Nery, e o técnico responsável pela Regional VI, Sr. Jaime, sugeriram que no contrato a ser elaborado para manutenção e limpeza das redes seja disponibilizado um caminhão conjugado para cada Regional, todos os dias, para suprir a demanda e realizar manutenção preventiva, e não corretiva como está sendo feita nos dias atuais.

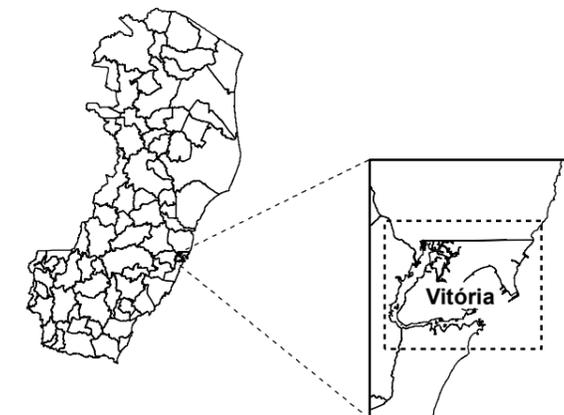
Sobre o Mapa de alagamentos, a Regional III fez algumas modificações, acrescentando duas ruas, conforme Mapa 00260.MP.0007-02. A Regional VI confirmou o Mapa apresentado (conforme RP05). Segue Mapa 00260.MP.0007-02 com os Pontos de Alagamentos da Regional III:



Legenda

-  Limite Municipal
-  Regional III
-  Áreas Alagáveis PDDU
-  Áreas de Alagamento com Previsão de Extinção Após Conclusão das Obras do PDDU
-  Áreas Alagáveis Identificadas pela SEMOB
-  Área de Alagamento sem Conhecimento da Regional/SEMOB
-  Estrutura Viária

Localização Geográfica



Dados Cartográficos


 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal WGS 84
 Zona 24S
 Escala 1:18.000



Cliente  PREFEITURA DE VITÓRIA	Executante  ARCADIS logos
--	---

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VITÓRIA - ES

Título
Mapa das Áreas Alagáveis - Regional III

Fonte
Plano Diretor de Drenagem Urbana do Município de Vitória

Elaboração Ivan Drago Mattiuzzi Técnico em Geoprocessamento CREA ES-30.145/TD	Coordenador Orlando Peixoto Esteves Engenheiro Civil CREA RJ-16.832-D
--	--

Arquivo Digital 00260.MP.0007-02	Data FEVEREIRO/2014	Revisão 01
-------------------------------------	------------------------	---------------



Regional VI e VII:

- São identificadas ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem ao executar manutenção e limpeza nas redes, não havendo, contudo, procedimento padrão das Regionais para eliminação das mesmas;
- Há insuficiência de equipe e equipamentos para manutenção e limpeza das redes;
- Falta continuidade na limpeza das caixas-ralos pela SEMSE;

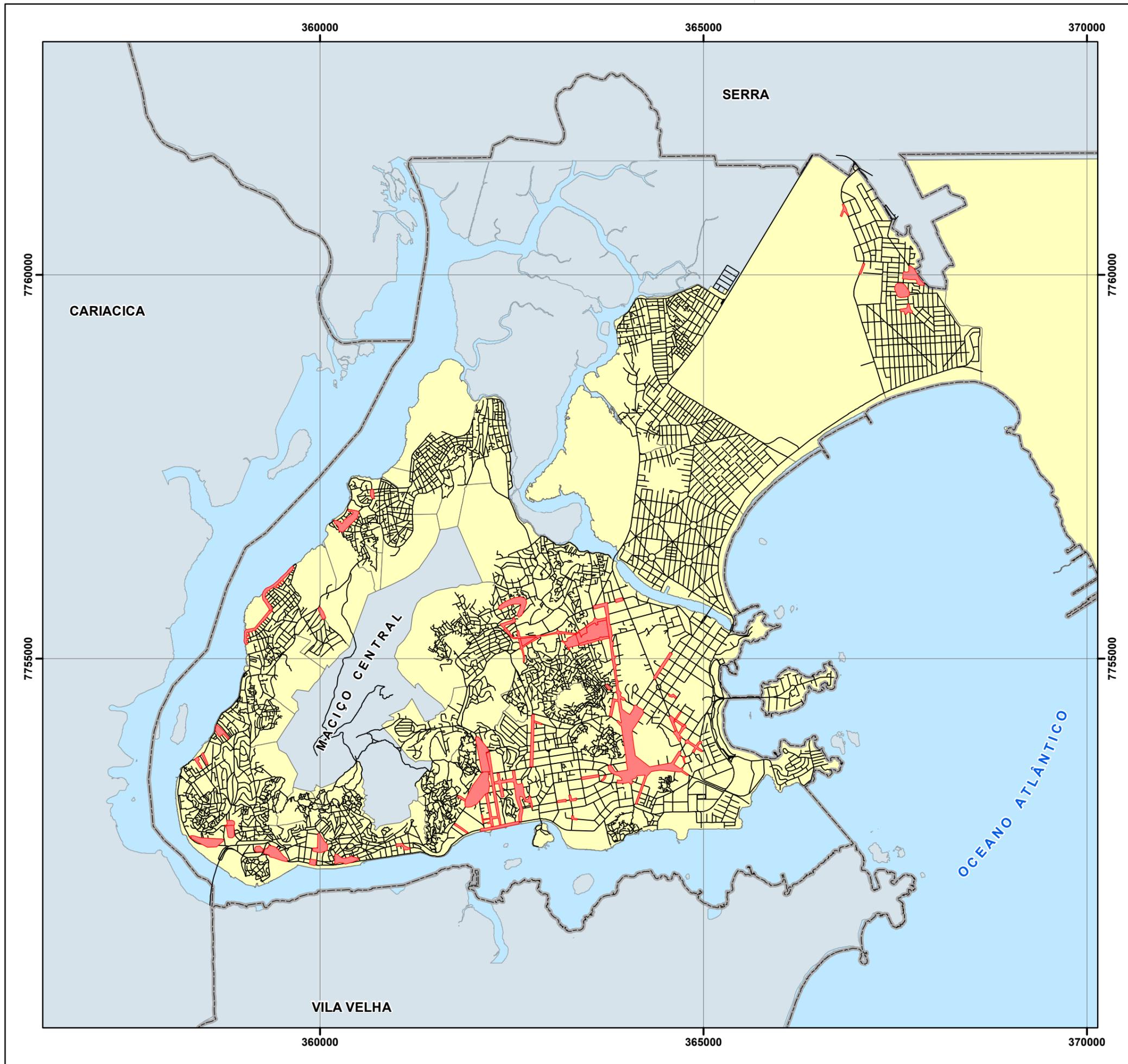
Os Gerentes das Regionais VI e VII, Erildo Ferreira e Gilberto Barroso, confirmaram os mapas de Alagamentos apresentados, conforme RP05. Como sugestões citaram a criação de um arquivo de cadastro técnico para as redes de microdrenagem e um Plano de Manutenção e Limpeza das Redes e Galerias.

CONCLUSÃO: Diante das informações obtidas, percebemos que a dificuldade de todas as Regionais Administrativas é a mesma: a falta de condições para realização da manutenção e limpeza das redes e galerias de drenagem de modo preventivo, devido ao contrato deste serviço ter um valor orçamentário baixo, sendo insuficiente para as demandas, que inclusive abrangem a desobstrução de redes de esgoto.

Durante o último período de chuva, pudemos observar vários trechos que alagaram pelo motivo de obstrução da rede de drenagem existente.

Os Gerentes Regionais, além de solicitarem um contrato com maior quantitativo de horas para uso do caminhão conjugado, ainda mencionaram a necessidade de um Plano de Manutenção e Limpeza, para entre outras referências, a adaptação dos contratos conforme necessidade de cada Regional Administrativa.

Segue mapa final dos Pontos de Alagamentos do município de Vitória, 00260.MP.0004-03:



Legenda

- Limite Municipal
- Bairros
- Áreas Alagáveis
- Estrutura Viária

Localização Geográfica

Dados Cartográficos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal WGS 84
 Zona 24S
 Escala 1:50.000

Cliente PREFEITURA DE VITÓRIA	Executante ARCADIS logos
--------------------------------------	---------------------------------

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VITÓRIA - ES

Título
Mapa das Áreas Alagáveis

Fonte
Plano Diretor de Drenagem Urbana do Município de Vitória

Elaboração Ivan Drago Mattiuzzi Técnico em Geoprocessamento CREA ES-30.145/TD	Coordenador Orlando Peixoto Esteves Engenheiro Civil CREA RJ-16.832-D
--	--

Arquivo Digital 00260.MP.0004-03	Data FEVEREIRO/2013	Revisão 02
-------------------------------------	------------------------	---------------



LIMPEZA E MANUTENÇÃO:

A cidade de Vitória possui aproximadamente 480 km de vias, a maioria com rede de drenagem.

A limpeza e manutenção referente à Drenagem Urbana contempla quatro vertentes:

- Varrição de Ruas e Limpeza de caixas-ralos;
- Limpeza e manutenção da microdrenagem;
- Limpeza e manutenção da macrodrenagem;
- Limpeza e manutenção das EBAP's;

Varrição de Ruas e Limpeza de Caixas-ralos:

A varrição das ruas e a limpeza das caixas-ralos são de extrema importância para o bom funcionamento do sistema de drenagem. A varrição impede o carregamento de materiais (tanto lixo como areia) para as redes de drenagem, evitando a obstrução das mesmas. A limpeza das caixas-ralos, de igual modo, impede que o material depositado em tal dispositivo vá para as redes e provoque a obstrução.

Este serviço é realizado pela Secretaria Municipal de Serviços – SEMSE. A limpeza é realizada de 20 em 20 dias, sendo retirados mensalmente cerca de 50 toneladas de resíduos das caixas-ralos, segundo informações da Secretaria.

A SEMSE também é responsável pela limpeza das bocas de lobo, porém, tem dificuldades para a execução do serviço, por falta de equipamentos para retirada das tampas de concreto.

Nos dias 15 e 16 de fevereiro a SEMSE realizou mutirão de capina, raspagem de ruas, meios-fios e limpeza de bueiros nas principais avenidas de Vitória, retirando 60 toneladas de lixo.

Uma equipe de 140 garis atuou nas avenidas Beira-Mar, Vitória, Leitão da Silva, César Hilal e Serafim Derenzi. Também limparam as ruas do bairro



Jucutuquara e a Praça do Cauê. Tudo isso para prevenir transtornos provocados por futuras chuvas.

"A SEMSE se antecipou às chuvas. Os garis estão focados na varrição, capina, raspagem e limpeza de bueiros e, no próximo final de semana, trabalharão nas avenidas Reta da Penha, Maruípe, Paulino Muller, Marechal Campos e João Santos Filho", contou o gerente de Limpeza Urbana, Denilson Pereira.

Apesar de todo empenho da SEMSE, os Gerentes das Regionais Administrativas apresentam queixas sobre a limpeza das caixas-ralos, pois o efetivo da Secretaria Municipal de Serviços não é suficiente para suprir a demanda.

Limpeza e manutenção da microdrenagem:

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Vitória, o contrato de limpeza das redes de microdrenagem custa anualmente R\$3,1 milhões de reais.

Ainda de acordo com os dados da PMV, entre os meses de janeiro e julho de 2013, as equipes de limpeza realizaram 2.940 desobstruções nas redes de drenagem. O trabalho é realizado pontualmente, onde é identificada a obstrução das redes com diâmetro inferior a 600 mm, desobstruindo o coletor tronco e os ramais.

A limpeza das redes de microdrenagem é realizada pelas Gerências Regionais, utilizando caminhões conjugados e a vácuo, de acordo com o quantitativo de horas previstas no contrato, de no máximo 70 horas para cada Regional. Cada Regional fica com a disponibilidade do caminhão duas vezes na semana, para atendimento das demandas.

O quantitativo de horas dos contratos de limpeza para microdrenagem são inferiores à quantidade de demandas.

Limpeza e manutenção da macrodrenagem:

As redes de macrodrenagem e galerias são limpas através de empresa terceirizada, sendo a Regional Administrativa responsável pela fiscalização dos serviços.

A PMV informa que no ano de 2013 galerias inteiras foram totalmente limpas, como as das ruas: José Farias (que recebe águas da Leitão da Silva e as



encaminha para EBAP Dr. Antônio da Silva Pinto), Ormando Aguiar (drena parte dos bairros Romão, Cruzamento e Fradinhos e as galerias existentes nas Av. Paulino Muller e Alberto Torres, que recebem as águas dos bairros Cruzamento, Romão e Forte São João).

O custo deste serviço é elevado e o contrato elaborado não contempla a limpeza de todas as galerias.

Limpeza e manutenção das EBAP's:

Atualmente o Termo de Referência que orienta o Contrato para limpeza e manutenção das EBAP's possui itens bem abrangentes, sem necessidade de modificações. Porém, na prática, o contrato apresenta alguns problemas, principalmente pelo não cumprimento de todos os itens, relacionados abaixo:

- **Item 2.9:** Realizar a operação, manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos das EEEB's, EBAP's e da ETE's com ações de troca de peças, reparos necessários e outros que se fizerem necessários;
- **Item 2.13:** Apresentar relatório mensal contendo todas as ocorrências de operação e manutenções, reparos em instalações civis e demais ações realizadas na execução dos serviços, identificando todos os parâmetros medidos e interpretados, acompanhados da análise do monitoramento ambiental;
- **Item 9: Manutenção dos Sistemas Operacionais de Esgoto e Drenagem:**
 - Elaboração de plano de manutenção preventiva e preditiva, compreendendo conjuntos moto bombas, painéis de comando, transformadores de potência, automatismo, gradeamento, válvulas e retenções.
 - Efetivação de manutenção corretiva, dentro do contexto da boa engenharia dos equipamentos supra citados, iluminação, parte civil, tubulações, conexões e demais partes constituintes das respectivas elevatórias.



- Elaboração de sistemática de registros e controle de todas as intervenções promovidas em todos os sistemas operacionais.

- **Item 10: Manual de Operação e manutenção das Unidades Operacionais, contendo no mínimo:**
 - Cronograma Físico de manutenção;
 - Orientações de procedimentos operacionais;
 - Listagem de Peças;
 - Manutenção Preventiva e Preditiva, englobando a parte civil, mecânica e elétrica;

Em vistoria realizada no mês de janeiro de 2014 pela empresa atualmente contratada (Tubomills), foram identificados alguns problemas com urgência para solução, listadas a seguir. Caso os itens deste check-list não sejam contemplados no contrato atual, é necessário novo contrato, que contemple soluções para os problemas apresentados.

- **EBAP Dr. Antônio Pinto:**
 - Remoção e limpeza dos sólidos do canal de acesso e do poço de Sucção da EBAP;

 - Troca de partes e manutenção em todas as bombas de drenagem (07 unidades) com substituição dos anodos de sacrifício (32 unidades em cada equipamento), troca de óleo lubrificante da caixa de redução de rotação e da caixa do selo mecânico, troca do sistema de vedação, pintura geral e instalação de novo sistema de sustentação dos cabos de potência e controle;

 - Manutenção dos tubos de descarga com remoção da oxidação, aplicação de primer base epóxi e pintura interna e externa dos mesmos;



- Troca de todos os medidores de nível que estão inoperantes (substituir por sistema de ultrassom);
- Adquirir nova licença de outro supervisor (software) e instalar no outro computador existente para ter um sistema de reserva de controle da estação;
- Finalizar a instalação do supervisor de controle da estação (faltam vários comandos e outros estão inoperantes);
- Fazer o ajuste geométrico dos poços das bombas para evitar o processo de cavitação (arredondamento dos cantos);
- Coletar e promover um ensaio completo do óleo do transformador de 3.000 KVA para diagnóstico da atual situação;
- Fazer um diagnóstico completo nas instalações elétricas da EBAP com profissional habilitado e com software específico, pois existe um desequilíbrio de fases considerável em todos os equipamentos (análise das harmônicas, verificação da necessidade de banco de capacitores e etc);
- Todos os projetores de luz do pátio estão entrando água e a umidade tem provocado a queima sistemática das lâmpadas (reduzir a potência das lâmpadas e instalar projetor de fecho concentrado);
- Por questão de segurança do trabalho, instalar um sistema de iluminação de emergência industrial com baterias e faróis duplos (no mínimo 07 unidades);
- Manutenção geral, alinhamento do carro e ajustes no gradeamento grosso com troca dos interruptores de final de curso para o sistema de indução (mais baratos e confiáveis);
- Manutenção geral dos rastelos finos com troca de todos os interruptores de final de curso para o sistema de indução e troca dos anéis de Teflon dos tubos guia;



- Manutenção nas vedações das comportas e troca dos interruptores de final de curso para o sistema de indução;
- Instalação no poço de sucção da segunda bomba de limpeza da calha de sólidos finos na linha de rastelos, contemplando conexões, válvulas, etc;
- Manutenção geral desta segunda bomba de limpeza por empresa especializada, pois a mesma se encontra parada no pátio por mais de três anos;
- Manutenção geral do pórtico de 5 toneladas com substituição do sistema de trilhos, pois os mesmos estão fletindo no entre apoios e provocando quebra das grelhas de fibra de vidro no entorno dos tubos de descarga;
- Instalação de uma linha telefônica e de internet para controle das operações;
- **EBAP Bento Ferreira e Santa Lúcia:**
 - Por questão de segurança do trabalho, instalar um sistema de iluminação de emergência industrial com baterias e faróis duplos (no mínimo 06 unidades);
 - Troca de todas as pastilhas do revestimento externo dos prédios das EBAP's de Bento Ferreira e Santa Lúcia devido á diversas trincas e queda das mesmas;
 - Troca do telhado da EBAP de Bento Ferreira com impermeabilização da laje devido a diversas goteiras que lançam água sobre os painéis elétricos e a ponte rolante;
 - Fazer a impermeabilização da laje de cobertura e construção de um telhado no prédio da EBAP de Santa Lúcia, pois o prédio apresenta diversas goteiras sobre a ponte rolante e as bombas;
 - Construção de muros, portões e cercas em toda área das EBAP's por motivo de segurança (é rotina diária que usuários de



drogas subam nas lajes pra uso de drogas, promovendo brigas e roubos de cabos elétricos);

- Toca de todas as comportas por fim da vida útil das mesmas e de seus sistemas de guias, vedações e içamento;
- Instalação de dois sistemas independentes de medição e controle de nível e partida de bombas para as EBAP's de Bento Ferreira e Santa Lúcia. Tais sistemas irão propiciar um controle de nível de submergência mínima de ligação das bombas evitando assim a cavitação das mesmas (hoje o controle de nível é visual feito através da observação da galeria);
- Todos os painéis elétricos de distribuição, controle e proteção das EBAP's de Bento Ferreira e Santa Lúcia estão faltando diversas chaves de comutação elétrica, sinaleiras, botoeiras e etc, por fim de vida útil das mesmas. Também os referidos painéis estão em desacordo com as normas NR-10 do Ministério do Trabalho quanto ao trabalho com as instalações elétricas;
- Todos os bancos de capacitores para correção dos fatores de potência das bombas estão queimados ou fora das especificações elétricas;
- Substituição nos dois prédios das EBAP's dos sistemas de proteção atmosférica contra raios "pára-raios", pois os mesmos foram roubados;
- Substituição dos tubos de descarga dos emissários das EBAP's de Bento Ferreira e Santa Lúcia, pois os mesmos se encontram em adiantado estado de corrosão;
- Substituição dos pisos das passarelas no entorno da EBAP de Bento Ferreira que estão totalmente oxidados;
- As bombas n° 02, 04 e 05 de Bento Ferreira estão com os retentores desgastados e necessitam serem trocados;



- Iluminação externa no entorno das EBAP's é muito deficiente e deverá ser trocada por uma que atenda as necessidades das operações;
- A base da estrutura da cobertura do gradeamento da EBAP de Santa Lúcia está bastante corroída e necessita ser substituída por uma maior e nova, pois corre o risco de desabar;
- **EBAP Praia do Canto:**
 - Troca de todas as bombas de recalque, pois as mesmas se encontram no fim da vida útil e são ineficientes hidráulica e eletricamente como sistema;
 - Troca do painel de proteção, controle e medição de nível das bombas da estação e instalação do mesmo na região dos quadros de medidores de energia;
 - Instalação de telhado embutido, fechamento com portão e vedação dos buracos na lateral da região dos quadros de medição de energia e adequação para instalação do novo painel;
 - Troca das válvulas de retenção (03 unidades) por portinhola única e troca das válvulas de gaveta (03 unidades) e melhorias no barrilete de descarga;
 - Modernizar a guarita instalando caixa de água de reserva, chuveiro no banheiro e instalar quadro de disjuntores, etc;
 - Construir e instalar um sistema de retenção de areia na entrada da estação;
- **EBAP UFES:**
 - Troca das escadas de acesso ao poço de sucção, pois os apoios estão oxidados;



- Instalar telemetria no poço e transmitir informações para EBAP Dr. Antônio Pinto;
- Melhorias no painel de controle e proteção com troca do sistema de controle de nível;
- Fixar as tampas de cobertura do poço de sucção;
- Fazer um acesso para veículos em concreto armado, com rampa no meio-fio;
- **EBAP Cruz do Papa:**
 - Substituição do painel elétrico, pois o mesmo não tem amperímetros, volímetros e horímetros para controle da estação;
 - Substituição das tampas de vedação dos poços de sucção;
 - Substituição das válvulas de gaveta, retenção e mangotes de descarga, pois os mesmos estão fora das especificações;
 - Vedação das caixas de passagem dos dutos elétricos para evitar a entrada de água de chuva nos dutos elétricos;
 - Instalação de um sistema de exaustão dos gases do ambiente por questões de segurança do trabalho;
 - Instalação de um sistema de telemetria ligado a EBAP Bento Ferreira para aumentar a confiabilidade das operações;

RECLAMAÇÕES 156 – OBSTRUÇÃO DE REDES DE DRENAGEM

A Prefeitura Municipal de Vitória possui o serviço Fala Vitória 156, que é um canal de comunicação que coloca o cidadão em contato direto com a PMV para receber informações, dar sugestões, fazer reclamações ou solicitar serviços. As ligações feitas a partir de telefone fixo ou público de Vitória e também de telefones celulares são gratuitas.



O Fala Vitória 156 abrange cerca de 500 serviços prestados pela Prefeitura de Vitória. O atendimento está disponível de segunda a domingo, das 6 horas à meia-noite, incluindo feriados.

As reclamações são recebidas e repassadas para as devidas Secretarias Municipais. A SEMOB recebe demandas para os seguintes assuntos:

- Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial;
- Construção ou Reparo em Rede de Esgoto e Rede de Drenagem Pluvial;
- Recuperação de Pavimento Asfáltico;
- Reposição de Tampa de Rede de Esgoto e Drenagem Pluvial;
- Acompanhamento de Obras Públicas;
- Recuperação de Calçadas em áreas públicas;
- Recuperação e manutenção de escadarias;
- Instalação e recuperação de corrimão em áreas públicas;
- Serviços complementares de limpeza urbana;
- Construção/manutenção de muros de alvenaria de pequeno porte em área pública;
- Implantação de Pavimentação em Ruas existentes no cadastro da PMV;
- Recuperação de Pavimento Pré-moldado ou de Paralelepípedos;
- Serviços de manutenção em redes de água ou esgoto sob concessão ou particulares;
- Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA);
- Fiscalização de Posturas;
- Denúncia de Obra Irregular ou Clandestina;



- Defesa Civil;
- Recuperação e manutenção em Praças Públicas;
- Fiscalização em terrenos;
- Guarda civil municipal de trânsito;
- Iluminação Pública;
- Manutenção de Sinalização Horizontal;
- Paisagismo;
- Área Livre;

As demandas de “Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial” que tem atendimento, porém não são resolvidas, são transferidas para o assunto “Construção ou Reparo em Rede de Esgoto e Rede de Drenagem Pluvial”, criado em janeiro de 2013. Por isso, este assunto de demanda não é visualizado na tabela referente ao ano de 2012 (Tabela 07).

Segue Tabela 07 representando as vinte principais demandas recebidas na SEMOB durante o ano de 2012:

Tabela 7: Número de demandas da SEMOB – Ano 2012.

Assunto	Total	% do total geral
01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial	7926	4,46
02. Recuperação de Pavimento Asfáltico	2287	1,29
03. Reposição de Tampa de Rede de Esgoto e Drenagem Pluvial	824	0,46
04. Acompanhamento de Obras Públicas	158	0,09
05. Recuperação de Calçadas em Áreas Públicas	137	0,08
06. Recuperação e Manutenção de Escadarias	110	0,06
07. Instalação e Recuperação de Corrimão em Áreas Públicas	74	0,04
08. Serviços Complementares de Limpeza Urbana	59	0,03
09. Construção/manutenção de muros de alvenaria de pequeno porte em área pública	47	0,03
10. Implantação de Pavimentação em Ruas Existentes no Cadastro da PMV	42	0,02
11. Fiscalização de Posturas	40	0,02



12. Denúncia de Obra Irregular ou Clandestina	26	0,01
13. Defesa Civil	5	0
14. Recuperação e Manutenção em Praças Públicas	5	0
15. Fiscalização em terreno	2	0
16. Guarda Civil Municipal de Trânsito	1	0
17. Iluminação Pública	1	0
18. Manutenção de Sinalização Horizontal	1	0
19. Paisagismo	1	0
20. Área Livre	1	0
Total de demandas da SEMOB	11747	6,61
Total geral	177838	100

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.

A seguir Tabela 08 representando as vinte principais demandas recebidas na SEMOB durante o ano de 2013:

Tabela 8: Número de demandas da SEMOB – Ano 2013.

Assunto	Total	% do total geral
01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial	7368	4,14
02. Recuperação de Pavimento Asfáltico	1987	1,12
03. Reposição de Tampa de Rede de Esgoto e Drenagem Pluvial	811	0,46
04. Construção ou Reparo em Rede de Esgoto e Rede de Drenagem Pluvial	223	0,13
05. Acompanhamento de Obras Públicas	126	0,07
06. Instalação e Recuperação de Corrimão em Áreas Públicas	120	0,07
07. Recuperação e Manutenção de Escadarias	108	0,06
08. Recuperação de Calçadas em Áreas Públicas	83	0,05
09. Serviços Complementares de Limpeza Urbana	44	0,02
10. Construção/manutenção de muros de alvenaria de pequeno porte em área pública	42	0,02
11. Implantação de Pavimentação em Ruas Existentes no Cadastro da PMV	42	0,02
12. Fiscalização de Posturas	31	0,02
13. Recuperação de Pavimento Pré-moldado ou de Paralelepípedos	21	0,01
14. Serviços de manutenção em redes de água ou esgoto sob concessão ou particulares	12	0,01
15. Recuperação e Manutenção em Praças Públicas	10	0,01
16. Defesa Civil	7	0
17. Denúncia de Obra Irregular ou Clandestina	7	0
18. Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA)	5	0
19. Iluminação Pública	4	0
20. Manutenção de Sinalização Horizontal	3	0
Total de Demandas da SEMOB	11054	6,22
Total geral	177843	100

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.



Através das Tabelas 07 e 08 percebemos que grande parte da demanda recebida pela SEMOB corresponde á problemas de manutenção e limpeza das redes de drenagem. No ano de 2012 as reclamações de obstrução de rede representaram 67,47% do número de reclamações recebidas pela SEMOB, e no ano de 2013 representaram 66,65%.

A diferença de quantitativo de demandas de um ano para outro é insignificante, apesar de todo trabalho realizado pela SEMOB/GINFRA e Regionais Administrativas nestes anos no setor de Drenagem Urbana. Com isso concluímos que os serviços de manutenção e limpeza de redes e galerias de drenagem são insuficientes, ratificando o modo de trabalho atual da PMV quanto à Drenagem, sendo corretivo, ou seja, atendendo apenas as demandas solicitadas.

A Seguir, as Tabelas 09 e 10 representam as principais demandas recebidas pela SEMOB durante o período chuvoso (meses de outubro a fevereiro. Não englobamos o mês de março por ainda termos este dado para o ano de 2014).

Tabela 9: Número de Demandas da SEMOB – Outubro de 2012 a Fevereiro de 2013.

Assunto	Total	% do total geral
01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial	3057	1,72
02. Recuperação de Pavimento Asfáltico	899	0,51
03. Reposição de Tampa de Rede de Esgoto e Drenagem Pluvial	366	0,21
04. Acompanhamento de Obras Públicas	78	0,04
05. Recuperação e Manutenção de Escadarias	38	0,02
06. Recuperação de Calçadas em Áreas Públicas	31	0,02
07. Instalação e Recuperação de Corrimão em Áreas Públicas	30	0,02
08. Serviços Complementares de Limpeza Urbana	28	0,02
09. Implantação de Pavimentação em Ruas Existentes no Cadastro da PMV	24	0,01
10. Fiscalização de Posturas	15	0,01
11. Construção/manutenção de muros de alvenaria de pequeno porte em área pública	12	0,01
12. Denúncia de Obra Irregular ou Clandestina	7	0
13. Centro de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA)	3	0
14. Defesa Civil	2	0
15. Fiscalização de entulho	2	0
16. Fiscalização em terreno	1	0
17. Manutenção de Sinalização Horizontal	1	0



18. Recuperação e Manutenção em Praças Públicas	1	0
Total de demandas da SEMOB	4595	2,58
Total geral	177844	100

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.

Tabela 10: Número de Demandas da SEMOB – Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014.

Assunto	Total	% do total geral
01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial	2927	1,65
02. Recuperação de Pavimento Asfáltico	1061	0,6
03. Construção ou Reparo em Rede de Esgoto e Rede de Drenagem Pluvial	433	0,24
04. Reposição de Tampa de Rede de Esgoto e Drenagem Pluvial	350	0,2
05. Serviços de manutenção em redes de água ou esgoto sob concessão ou particulares	95	0,05
06. Recuperação de Pavimento Pré-moldado ou de Paralelepípedos	80	0,04
07. Recuperação e Manutenção de Escadarias	43	0,02
08. Instalação e Recuperação de Corrimão em Áreas Públicas	42	0,02
09. Recuperação de Calçadas em Áreas Públicas	34	0,02
10. Acompanhamento de Obras Públicas	33	0,02
11. Construção/manutenção de muros de alvenaria de pequeno porte em área pública	17	0,01
12. Serviços Complementares de Limpeza Urbana	16	0,01
13. Implantação de Pavimentação em Ruas Existentes no Cadastro da PMV	13	0,01
14. Defesa Civil	6	0
15. Fiscalização de Posturas	5	0
16. Recuperação e Manutenção em Praças Públicas	5	0
17. Recuperação e Construção de Canteiros Centrais e Rotatórios	4	0
18. Construção de muros de arrimo de pequeno porte em área pública	3	0
19. Denúncia de Obra Irregular ou Clandestina	3	0
20. Iluminação Pública	3	0
Total de demandas da SEMOB	5173	2,91
Total geral	177844	100

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.

De acordo com as Tabelas 09 e 10 concluímos que nos períodos chuvosos as demandas para desobstrução de redes de drenagem são mais solicitadas, representando 66,6% para o ano de 2012/2013 e 56,6% para o ano de 2013/2014.



Apesar da diferença nas porcentagens, percebemos que a diferença das demandas foi em relação ao total geral (aumento de 578 demandas de um ano para o outro).

A seguir as Tabelas 11 e 12 mostram as demandas recebidas somente para o assunto “Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial” para cada Regional, nos anos de 2012 e 2013 respectivamente.

Tabela 11: Demandas de Desobstrução de Rede de Drenagem por Regionais – Ano 2012.

01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial			
Regional/Bairro	Total	% do assunto	% do total
<i>Regional I - CENTRO</i>	581	7,33	0,33
<i>Regional II - SANTO ANTONIO</i>	1855	23,4	1,04
<i>Regional III - JUCUTUQUARA</i>	1207	15,23	0,68
<i>Regional IV - MARUIPE</i>	1752	22,1	0,99
<i>Regional IX - JARDIM DA PENHA</i>	296	3,73	0,17
<i>Regional V - PRAIA DO CANTO</i>	463	5,84	0,26
<i>Regional VI - GOIABEIRAS</i>	254	3,2	0,14
<i>Regional VII - SAO PEDRO</i>	1316	16,6	0,74
<i>Regional VIII - JARDIM CAMBURI</i>	202	2,55	0,11
Total	7926	100	4,46

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.

Tabela 12: Demandas de Desobstrução de Rede de Drenagem por Regionais – Ano 2013.

01. Desobstrução de Rede de Esgoto e de Rede de Drenagem Pluvial			
Regional/Bairro	Total	% do assunto	% do total
<i>Regional I - CENTRO</i>	461	6,26	0,26
<i>Regional II - SANTO ANTONIO</i>	1876	25,46	1,05
<i>Regional III - JUCUTUQUARA</i>	1136	15,42	0,64
<i>Regional IV - MARUIPE</i>	1300	17,64	0,73
<i>Regional IX - JARDIM DA PENHA</i>	291	3,95	0,16
<i>Regional V - PRAIA DO CANTO</i>	388	5,27	0,22
<i>Regional VI - GOIABEIRAS</i>	300	4,07	0,17
<i>Regional VII - SAO PEDRO</i>	1454	19,73	0,82
<i>Regional VIII - JARDIM CAMBURI</i>	162	2,2	0,09
Total	7368	100	4,14

FONTE: Assessoria de Comunicação da SEMOB em 21/02/2014.

Com os dados das Tabelas 11 e 12 podemos perceber que a única Regional que teve alteração relevante no número de demandas foi a Regional IV – Maruípe, o



que podemos assimilar às obras de drenagem que foram executadas no local (nesta regional ainda há obras em execução). As demais Regionais permanecem estáveis quanto ao número de demandas, em comparação aos dois anos apresentados.

As Regionais Administrativas com maiores solicitações para serviços de drenagem são:

- Regional II – Santo Antônio;
- Regional VII – São Pedro;
- Regional IV – Maruípe;
- Regional III – Jucutuquara;

Na tabela 12 consta a Regional IX – Jardim da Penha, instituída no final de 2013. Anteriormente esta Regional pertencia à Regional VI – Goiabeiras.

LIGAÇÕES CRUZADAS

É sabido que a rede de drenagem pluvial recebe contribuições de cargas poluidoras provenientes de lançamentos inadequados de esgoto sanitário. Para solução das ligações cruzadas é necessária ação conjunta entre a PMV e a CESAN, identificando e notificando o morador para solução do problema.

No dia 20/02/2014 acompanhamos uma visita técnica na Regional VIII – Jardim Camburi com a SEMMAM, SEMOB e CESAN, verificando alguns pontos que ocorriam ligações cruzadas. Segue Relatório da Visita 00260.RT.R.0023-00 no Anexo 03.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE

Segue análise das reuniões com a comunidade da Regional I – Centro, realizadas nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014.



Tabela 13: Diagnóstico Participativo - Regional I.

Reunião	Deficiências apontadas	Sugestões da comunidade
27/02/2014 Regional I - Centro	<ul style="list-style-type: none">✓ Identificação de ruas que alagam (Rampa José Rufino de Oliveira e Rampa Luiz Queiroz nascimento – Bairro Piedade);✓ Conhecimento da população sobre o funcionamento do sistema de drenagem;✓ Reclamações de Ligações Cruzadas nos bairros Piedade e Capixaba;✓ Reclamações de redes entupidas/assoreadas;	<ul style="list-style-type: none">✓ Identificação, notificação e extinção das ligações cruzadas;

OBS: As ruas identificadas como alagáveis pertencem à Bacia de Drenagem nº33 - Parque Moscoso. O projeto para esta bacia já está concluído;

3.2.1.2 Resíduos Sólidos

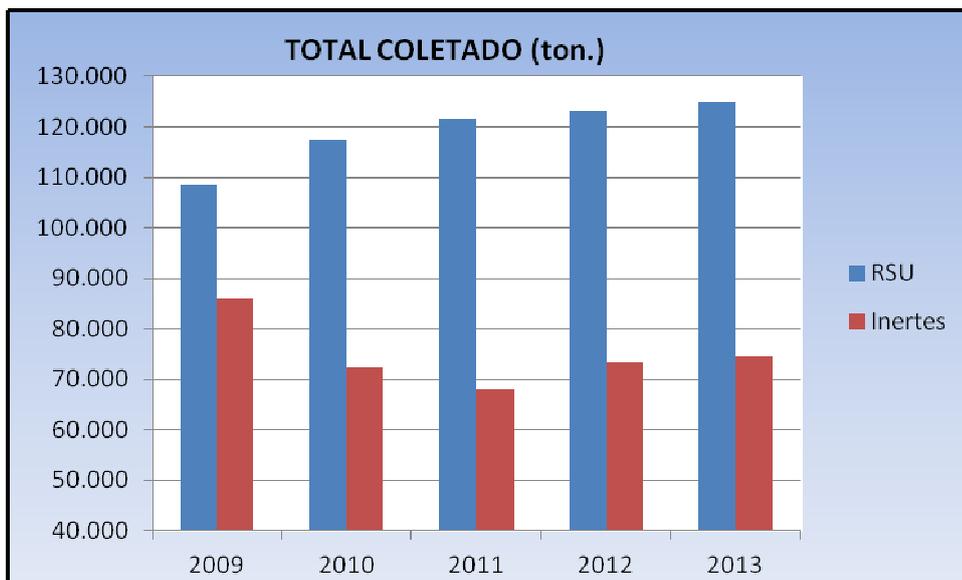
Evolução dos Quantitativos de Resíduos

O histórico de pesagens de resíduos da Unidade de Transbordo de Vitória – UTV fica arquivado na SEMSE, na Gerência de Recebimento, Beneficiamento e Destinação – GRBD. Foram obtidos pelo PMSB/PMV dados dos últimos cinco anos, de 2009 a 2013.

O Gráfico 01 mostra a evolução dos quantitativos coletados pelo município para RSU e Inertes.



Gráfico 1: Evolução dos quantitativos coletados pelo município para RSU e Inertes.



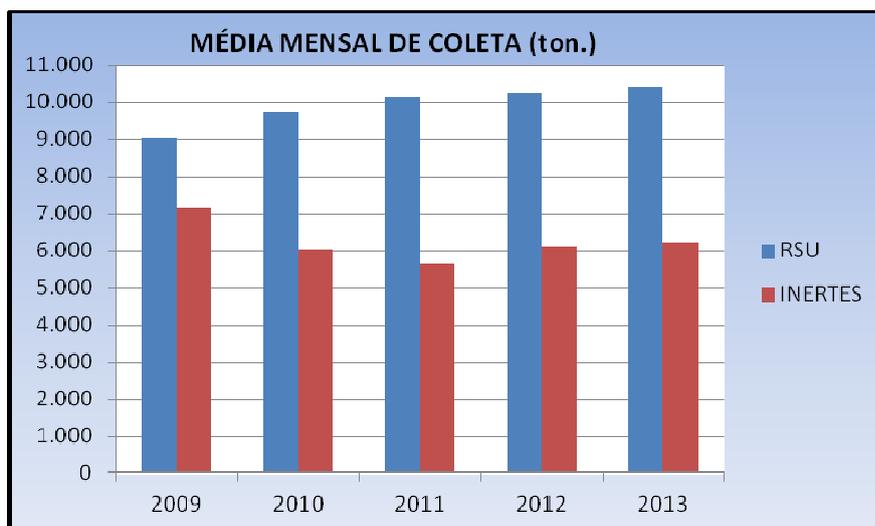
Fonte: SEMSE/PMV (fevereiro de 2014).

Pelo Gráfico 01, nota-se a tendência de crescimento nos quantitativos de RSU coletados pela prefeitura. Em 2009 foram coletados mais de 113 mil toneladas de RSU, chegando a mais de 126 mil toneladas ao fim de 2013, crescimento médio anual próximo de 3%. Para os Inertes nota-se que para os últimos cinco anos não há uma tendência definida, embora tenha havido crescimento nos quantitativos coletados de 2011 a 2013. Em 2009 foram coletados mais de 86 mil toneladas de resíduos inertes, sendo que em 2013 foram coletados 74,5 mil toneladas. Como a geração desses resíduos é diretamente influenciada por pequenas obras e reformas, bem como pela disposição em pontos irregulares, é esperado que haja uma variação na coleta, de acordo com a variação de poder econômico dos munícipes, bem como de ações e campanhas educativas e fiscalização.

A evolução das médias mensais coletadas de RSU e Inertes são apresentadas no Gráfico 02 a seguir.



Gráfico 2: Evolução das médias coletados pelo município para RSU e Inertes.

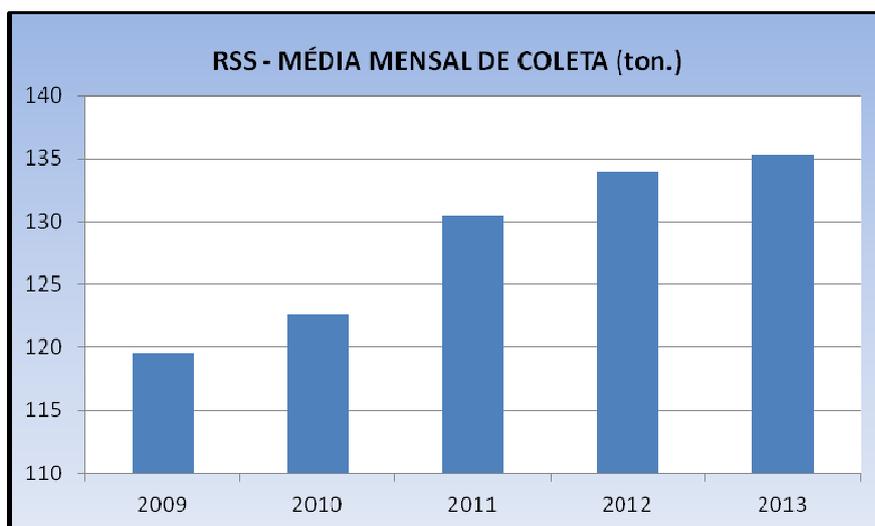


Fonte: SEMSE/PMV (fevereiro de 2014).

Para RSU, a média mensal coletada pelo município de Vitória aumentou de 9.447 mil toneladas em 2009 para 10.573 mil toneladas em 2013. Já para os inertes, foram coletados em média 7.175 mil toneladas por mês em 2009 e 6.208 mil toneladas em 2013.

Outro tipo de resíduo cujo controle é feito pela GRBD da SEMSE é o resíduo de serviços de saúde – RSS. O Gráfico 03 a seguir mostra as médias mensais coletadas pela prefeitura desde 2009.

Gráfico 3: Evolução dos quantitativos de RSS coletados pelo município de Vitória.



Fonte: SEMSE/PMV (fevereiro de 2014).

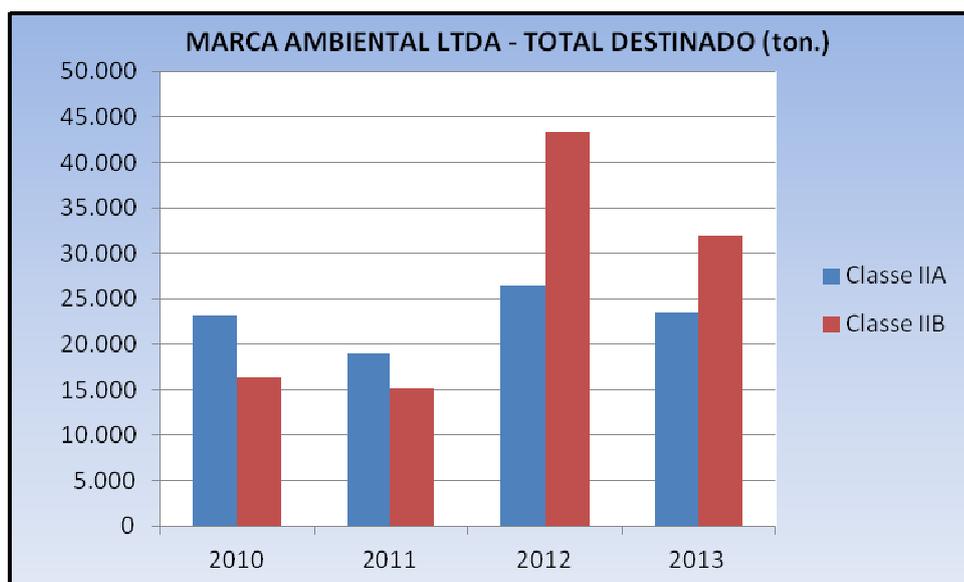


Pelo Gráfico 03, nota-se a tendência de crescimento na coleta de RSS no município. As médias mensais passaram de 119,5 toneladas em 2009 para aproximadamente 135 toneladas em 2013.

Além dos quantitativos públicos de resíduos coletados e destinados pela prefeitura de Vitória, o PMSB/PMV obteve os quantitativos recebidos de empresas particulares de Vitória pela Marca Ambiental, uma das principais empresas de gerenciamento e destinação de resíduos da RMGV, para os anos de 2010 a 2013. A empresa classifica os resíduos em Classe IIA e Classe IIB, que podem ser equiparados ao RSU e aos Inertes, respectivamente, gerenciados pelo município.

O Gráfico 04 a seguir mostra a evolução dos quantitativos destinados na Marca Ambiental.

Gráfico 4: Quantitativos de resíduos Classe IIA e IIB destinados por empresas particulares de Vitória na Marca Ambiental.



Fonte: Marca Ambiental (janeiro de 2014).

Observando-se o Gráfico 04, nota-se que não há uma tendência bem definida de crescimento ou decréscimo dos quantitativos destinados na Marca Ambiental, tanto para resíduos Classe IIA quanto para resíduos Classe IIB. Segundo informações da empresa, os quantitativos, principalmente de resíduos Classe IIB, variam muito de acordo com a quantidade e o tipo dos contratos comerciais fechados, bem como da quantidade de obras no município. Em 2010, foram recebidos 23,2 mil toneladas de Classe IIA, sendo que em 2013 esse quantitativo foi



de 23,5 mil toneladas. Para os resíduos Classe IIB, o recebimento da empresa foi de 16,3 mil toneladas em 2010 e 31,8 mil toneladas em 2013. O pico de recebimento desse tipo de resíduo foi em 2012, com 43,3 mil toneladas. A média mensal de recebimento de resíduos Classe IIA da empresa foi de 1.933 toneladas por mês em 2010 e 1.960 toneladas por mês em 2013. Para os resíduos Classe IIB, a média foi de 1.360 toneladas por mês em 2010 e de 2.656 toneladas por mês em 2013.

A Marca Ambiental também recebe, trata e proporciona a destinação final de RSS particulares gerados no município de Vitória. Segundo dados da empresa, são destinados em média 01 tonelada por mês desse tipo de resíduo. Em 2013, o total de RSS particular de Vitória recebido foi de 10,53 toneladas, com média mensal de 880 Kg.

Resíduos de Serviço de Saúde

Os Resíduos de Serviços de Saúde – RSS são definidos na Resolução Conama nº 358/2005 – a qual “dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências” – como resíduos provenientes de:

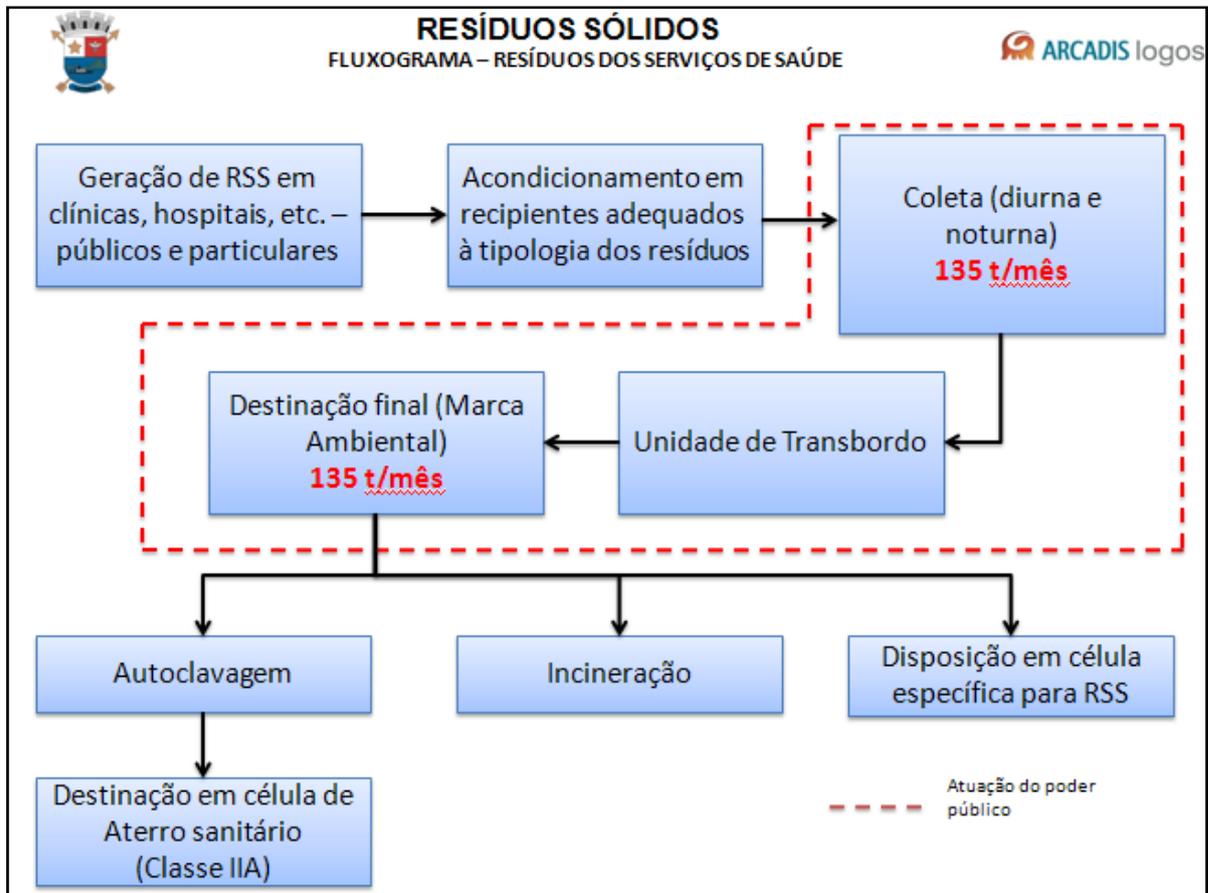
Serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico *in vitro*; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, 2005, p.1).

A Resolução Conama nº 358/2005 classifica os RSS em cinco grupos – A, B, C, D e E – de acordo com as diferentes características dos resíduos e especifica para cada grupo o tratamento e a destinação adequados a serem adotados. No município de Vitória, os RSS públicos e privados são atualmente coletados pelo serviço de coleta pública. Após a coleta, os resíduos são levados até a UTV para



pesagem e são destinados na Marca Ambiental, a qual realiza o tratamento e a disposição final em sua central de tratamento de resíduos – CTR.

A Figura 11 apresenta o fluxograma atual do gerenciamento de RSS no município de Vitória.



Fonte: SEMSE e Marca Ambiental Ltda.

Figura 11: Fluxograma atual do gerenciamento de RSS em Vitória.

Segundo informações da Gerência de Limpeza Urbana – GLU da SEMSE, a coleta de RSS do município é realizada de segunda a sexta-feira, diurna e noturna, de acordo com rotas programadas ou demandas. Os grandes geradores são incluídos nas rotas de coleta, enquanto que os pequenos geradores são atendidos de acordo com as suas demandas de geração de RSS. A preferência é para a coleta diurna, sendo que a noturna é feita nos locais onde o tráfego diurno de veículos não permite que seja diurna. A coleta é realizada por um caminhão apropriado com



capacidade de seis metros cúbicos. Conforme discutido, a geração média de RSS em Vitória atualmente é de 135 toneladas por mês.

A Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS é responsável por planejar e executar as ações de saúde em Vitória. A secretaria traça políticas públicas de saúde, estrutura os serviços e oferece atendimento básico e de urgência médica em prontos-atendimentos e unidades de saúde, além de ter também a responsabilidade pela estruturação e desenvolvimento de ações do Centro de Vigilância em Saúde Ambiental – CVSA, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica (PMV, 2014).

Segundo a SEMUS, as Unidades de Saúde municipais ainda não contam com Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS. Porém, está em processo de formação um grupo técnico de trabalho para a elaboração dos PGRSS para as unidades municipais, que atualmente somam 40 locais. A previsão da SEMUS é de implantação total até o final de março de 2014. Para alcançar esse objetivo, será ministrado curso de capacitação aos técnicos da SEMUS para que cada unidade possua um responsável técnico de nível superior para a implantação dos PGRSS.

Para os estabelecimentos de saúde particulares, segundo a SEMUS, são exigidos PGRSS padrões ou simplificados de acordo com as atividades desenvolvidas, bem como a geração de resíduos. O PGRSS é necessário para a obtenção dos alvarás de funcionamento. A fiscalização nesses estabelecimentos ocorre por meio de visitas não agendadas de técnicos da SEMUS além de apuração de denúncias.

Em relação à CVSA, foi informado que os resíduos, principalmente de animais mortos, são atualmente armazenados em *freezers*, até a coleta e destinação final por empresa especializada.

Resíduos Sólidos Urbanos – RSU

Segundo a Gerência de Limpeza Urbana – GLU da SEMSE está sendo realizado atualmente um levantamento dos pontos irregulares de disposição de resíduos de Vitória. Todos os pontos estão sendo georreferenciados. De



conhecimento da GLU existem atualmente cerca de 350 pontos irregulares identificados no município. A coleta dos resíduos nesses pontos é realizada pela prefeitura quando não se podem identificar os infratores. Não existe programação específica para a coleta, que é realizada de acordo com as necessidades identificadas.

Os mutirões de limpeza são realizados de acordo com as necessidades identificadas pela GLU para cada bairro. Os serviços incluem: limpeza de bueiros, raspagem, capina, retirada de entulho, limpeza de encostas com garis alpinistas, equipe de roçadeiras e varrição. A duração média dos serviços em cada bairro é de seis dias. Há uma programação já definida de mutirões para os morros das regionais de Vitória para os próximos meses, no período de 15 de março a 1º de novembro de 2014, conforme a Tabela 14 a seguir.

Tabela 14: Programação de mutirões de limpeza nos morros de Vitória.

Regional	Período dos mutirões nos morros
I	15/03/14 a 02/05/14
II	03/05/14 a 30/05/14
III	31/05/14 a 25/07/14
IV	26/07/14 a 12/09/14
V	13/09/14 a 26/09/14
VI	27/09/14 a 10/10/14
VII	11/10/14 a 01/11/14

Fonte: Adaptado de GLU/SEMSE (Fevereiro de 2014).

A SEMSE disponibiliza caixas estacionárias para acúmulo de RSU nas partes mais baixas dos morros, onde o caminhão tipo poliguiincho tem acesso para a coleta. A coleta nas partes altas dos morros é feita manualmente pelos garis, que recolhem o lixo e levam até os locais das caixas estacionárias.

Nas praias, a GLU informa que a limpeza é realizada diariamente com coleta de resíduos domiciliares, de varrição e limpeza das areias.

Em relação ao serviço de varrição, existem circuitos definidos, separados em 09 (nove) regiões. Para a fiscalização quanto ao cumprimento dos roteiros de



varrição a SEMSE conta com 05 (cinco) Chefes de Equipes, que acompanham e supervisionam a execução dos serviços.

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos

No município de Vitória a arrecadação referente aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é feita por meio do boleto do IPTU. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS, instituída pela Lei Municipal nº 5.814, de 30 de dezembro de 2002, é calculada para cada imóvel, abrangendo os seguintes serviços: coleta, remoção, transbordo e transportes de resíduos domiciliares (até 40 litros por dia) e de resíduos de prestação de serviços e comerciais (até 200 litros por dia), ficando o remanescente sob responsabilidade do contribuinte. Também estão inclusos o tratamento e a destinação final dos resíduos citados, cujas definições estão contidas na Lei Municipal nº 5.086/2000.

A TCRS é calculada pela multiplicação do Valor Unitário de Referência – VUR, o Fator de Localização – *Floc* e o Fator de Porte – *Fporte*. Os fatores *Floc* e *Fporte* são definidos em tabelas no Anexo 1 da Lei nº 5.814/2002. Já o VUR é calculado rateando-se o custo total dos serviços pelo número de cadastros tributáveis (unidades autônomas), considerando-se os pesos relativos aos fatores da fórmula. O VUR é publicado anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

O Fator *Floc* é definido em função do bairro em que o imóvel se localiza. Já o fator *Fporte* é definido em função do potencial de produção de lixo, definido por faixas de tamanho da edificação e as características dos resíduos produzidos, dados pelo uso do imóvel.

A Figura 12 mostra um exemplo de cobrança da TCRS em boleto de IPTU do ano de 2014.



DADOS PARA LANÇAMENTO DA TCRS								
YUR	192,04	x	VALOR FLOC	1,25	x	VALOR F FORTE	0,58	=

YUR = Valor Unitário de Referência (Decreto 15.871/2013).
FLOC - É obtido em função do balçcão em que o imóvel se localiza conforme tabela 02 e 03 da Lei 5.814/2002.
F FORTE = É obtido em função da área e uso do imóvel conforme tabela 04 da lei 5.814/2002.
TCRS = Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (Criada pela Lei 5.814/02).

Fonte: Carnê do IPTU, 2014.

Figura 12: Cobrança da TCRS no IPTU de imóvel de Vitória.

No ano de 2012, a receita arrecadada pela prefeitura foi de R\$ 22.167.342,63, enquanto que as despesas com os executores dos serviços de manejo de resíduos sólidos somaram R\$ 67.873.740,54. As despesas com os serviços representaram cerca de 5% da despesa total da prefeitura no ano, de R\$ 1.271.304.551,70 (SNIS, 2012).

Em relação às despesas com os resíduos, a receita arrecadada cobriu apenas 32,66% do total em 2012. Assim, necessitou-se de uma complementação de 67,34% para cobrir os custos. Porém, nas despesas apresentadas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS não estão inclusos os gastos com a manutenção das áreas verdes, serviço que desde 2008 é executado pela empresa contratada Corpus Saneamento e Obras Ltda. Desse modo, conclui-se que o déficit em relação à receita anual tenha sido maior.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010), em seu Art. 7º, define como um dos seus objetivos:

“regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir a sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei Nº 11.445, de 2007” (Lei Nº 12.305/2010).



Assim sendo, conforme os dados apresentados anteriormente para o ano de 2012, o sistema atual não possui a sustentabilidade prevista na PNRS, necessitando de alterações na forma de cobrança e/ou diminuição dos custos dos serviços prestados.

Diagnóstico Participativo da Comunidade

Referente ao Plano de Mobilização abrangido pelo PMSB/PMV realizaram-se duas reuniões nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, nas quais os participantes opinaram e responderam a questionários sobre os quatro temas do saneamento básico. Em relação ao tema “resíduos sólidos”, segue a Tabela 15 com o resumo dos pontos levantados e discutidos na reunião do dia 27 de fevereiro de 2014, pelos munícipes da Regional I.

Tabela 15: Resumo do diagnóstico participativo, tema “resíduos sólidos”, da Regional I.

Regional	Deficiências Apontadas	Sugestões da comunidade
27/02/2014 Regional I - Centro	<ul style="list-style-type: none">✓ Existência de pontos irregulares de resíduos nos bairros Forte São João e Centro;✓ No Centro há reclamação de que a varrição nas partes altas não está ocorrendo;✓ Acúmulo de lixo nos parques e nas encostas;✓ No bairro Piedade, não há varrição. O motivo alegado aos munícipes é a falta de funcionários pela empresa Vital Engenharia Ambiental;✓ No bairro Piedade, há reclamação de mau estado de conservação das caixas estacionárias e contentores de lixo;✓ No geral, a regional não conta com coleta seletiva. Há deficiência de PEV's;✓ Na Praça Costa Pereira não há papeleiras implantadas;✓ Os garis coletores espalham o lixo no	<ul style="list-style-type: none">✓ Melhorar a acessibilidade da coleta de lixo nas partes altas do Centro;✓ Aumentar o número de papeleiras. Mudança da cor e do formato das mesmas. A cor laranja confunde com a cor de pilhas e baterias (lixo eletrônico);✓ Promover campanhas educativas em relação aos quatro temas do saneamento básico;✓ Melhorar a fiscalização da varrição, pois há locais onde a mesma não está sendo satisfatória;✓ Aumentar o quadro de garis;✓ Devem-se realizar trabalhos de coleta diferenciada para os bares e restaurantes do Centro;✓ Deve-se aumentar a



	ato da coleta; ✓ Durante o procedimento de lavagem de ruas, sujeira e areia são jogadas nos bueiros; ✓ No Centro, os bares e restaurantes deixam muito resíduo espalhado pelas calçadas;	fiscalização dos vendedores ambulantes;
--	--	---

Fonte: Os participantes da reunião, fevereiro de 2014.

3.2.2 Situação Institucional

3.2.2.1 Recursos Humanos Alocados nos Serviços de Saneamento Básico

Os recursos humanos alocados nos serviços de saneamento básico no município de Vitória dividem-se entre as secretarias envolvidas para tal fim, além das Secretarias SEMOB e SEMSE, descritas no RP05, item 3.2.2, as Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SEMMAM) e a de Gestão Estratégica (SEGES) também desenvolvem atividades relacionadas com o saneamento básico, como podemos observar no item 3.2.2.2.

Segue a Tabela 16 com o quantitativo de servidores por Secretaria e Grau de Instrução:

Tabela 16: quantitativo de servidores por Secretaria e Grau de Instrução.

Sigla	2012 ³										
	NA	Fundamental		Médio		Superior		PG	M	D	Total
		Inc.	Com.	Inc.	Com.	Inc.	Com.				
SEGES	0	0	2	0	12	0	46	24	5	0	89
SEMMAM ¹	7	19	16	5	64	25	83	33	6	1	259
SEMOB	6	26	29	11	85	27	82	11	2	0	279
SEMSE ²	9	66	74	25	104	12	28	3	1	0	322

FONTE: Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEP – 30/10/2012

Elaboração: Gerência de Informações Municipais – SEGES/GIM

¹Dados Referentes ao mês de novembro.

²Em 2011 a Gerência de Manutenção e Serviços foi transferida da SEMMAM para a SEMSE.

³Dados referentes a 30/10/2012.



Legenda

Inc	Imcompleto
Com	Completo
PG	Pós-Graduação
M	Mestrado
D	Doutorado
NA	Não Alfabetizado

3.2.2.2 Órgãos responsáveis pelos quatro componentes do Saneamento na Prefeitura de Vitória

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) foi criada com a proposta de consolidar a Política Municipal de Meio Ambiente.

São atribuições da SEMMAM, cadastrar, licenciar, monitorar e fiscalizar condutas, processos e obras que causem ou que possam degradar a qualidade ambiental; estimular e realizar o desenvolvimento de estudos e pesquisas de caráter científico, tecnológico, cultural e educativo, objetivando a produção de conhecimento e a difusão de uma consciência de preservação ambiental; conceder licenciamento ambiental para atividades e obras; monitorar níveis sonoros em quaisquer estabelecimentos e medir a balneabilidade das praias.

Fiscalização para garantir descarte adequado de esgoto

A ligação do esgoto domiciliar à rede pública permite que ele seja levado a uma estação de tratamento, onde, depois de passar por processos físicos e biológicos, é devolvido ao meio ambiente com índice elevado de purificação.

Fazer essa ligação é responsabilidade do morador. Ele deve preparar os tubos para conectar as instalações de sua residência à caixa de ligação, que é construída pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) e que fica na calçada em frente ao imóvel.

Quando feita adequadamente, a junção do esgoto doméstico à rede pública gera uma série de benefícios. Ajuda, por exemplo, a reduzir os índices de doenças,



o mau cheiro e a proliferação de ratos e mosquitos. Além disso, como o esgoto consegue passar por tratamento, colabora-se para a despoluição dos rios, lagos e praias, o que auxilia no desenvolvimento da cidade, na atração de mais turistas e no aumento da ida de pessoas aos balneários.

Por causa disso, o município, além de realizar ações para a conscientização dos moradores, também os fiscaliza. Quem deixa de fazer a ligação de seu esgoto doméstico é notificado pela SEMMAM e recebe prazo para regularizar a situação de sua residência.

Fundamentação legal

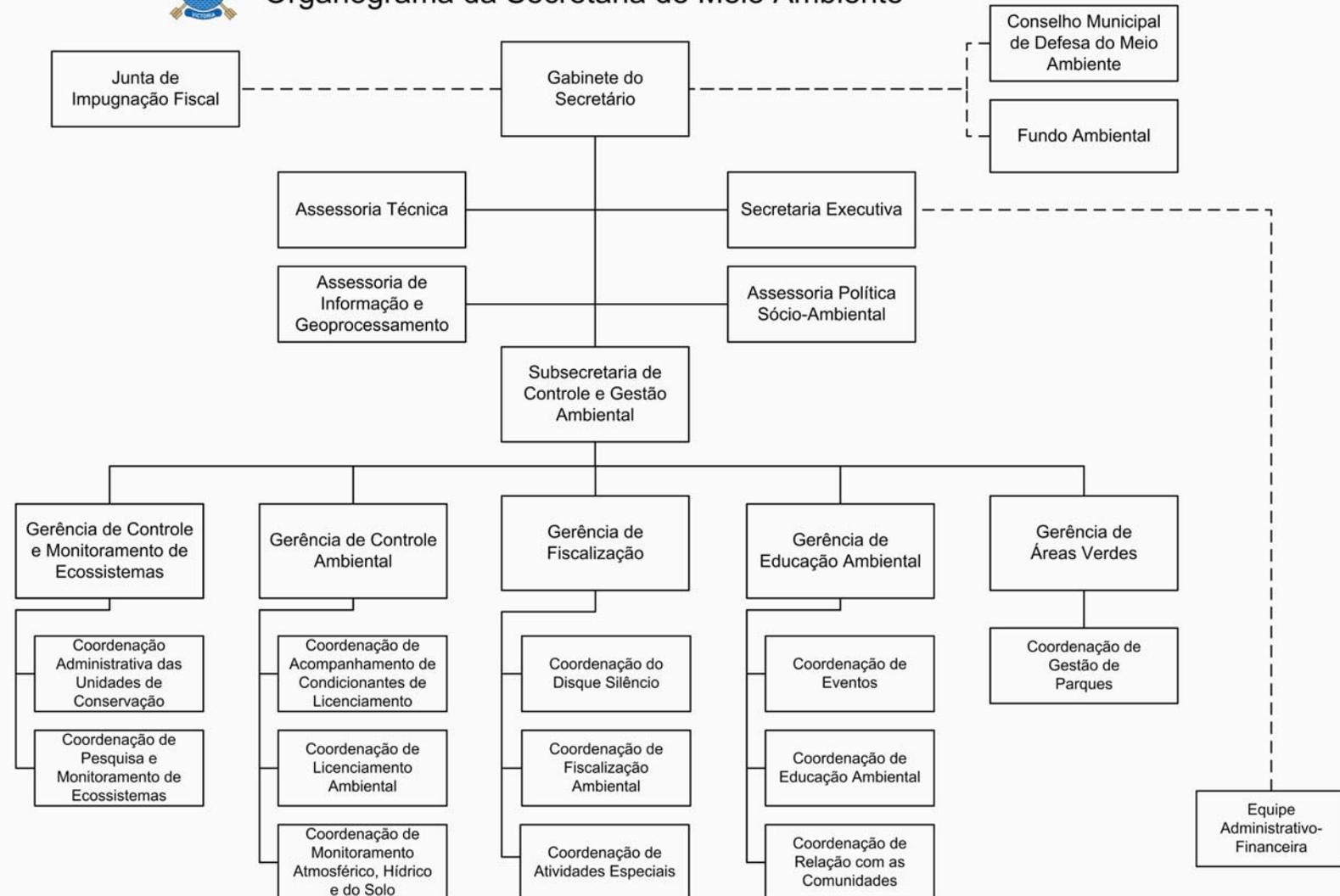
- Lei Municipal 4.438/97: institui o Código Municipal de Meio Ambiente.
- Decreto Municipal 10.023/97: regulamenta o poder de Polícia Ambiental.

Segue Figura 13 com Organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM:



Prefeitura Municipal de Vitória

Organograma da Secretaria de Meio Ambiente





Secretaria de Gestão Estratégica - SEGES

A Secretaria de Gestão Estratégica, além das outras atividades descritas no RP05, item 3.2.2, é responsável pela gestão do Terra Mais Igual, programa de desenvolvimento humano sustentável que tem como objetivo principal propiciar a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, promovendo o seu empoderamento, por intermédio de um conjunto integrado de ações, obras e serviços, nas áreas social, ambiental, habitacional, urbana e fundiária que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços públicos das demais áreas do município.

A SEGES é quem realiza a gestão do programa como um todo, captando recursos, acompanhando a execução das intervenções e prestando contas referentes às obras demandadas pelas Poligonais, não sendo responsável pela execução direta das melhorias e intervenções, ficando a cargo de cada Secretaria realizar a atividade pertinente à sua atribuição (SEMOB: água, esgoto e drenagem, SEMSE: resíduo sólido, SEMMAM: fiscalização, SEHAB: habitação), sendo que cada secretaria envolvida possui uma subsecretaria associada ao projeto Terra Mais Igual.

As Poligonais do Programa Terra Mais Igual são territórios de planejamento e ação. Foram definidas tendo como critérios o grau de carência em equipamentos e serviços urbanos, o nível de fragilidade ambiental, o grau de risco e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade.

Em cada uma das poligonais, é desenvolvido, de forma compartilhada com a comunidade, um diagnóstico da região. Assim, permite-se a participação popular em todo o processo de desenvolvimento do plano socioambiental e urbanístico para o local.

A partir do compartilhamento das informações entre técnicos e moradores, é construído o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Esse é o instrumento que orienta as prioridades nas obras e ações socioambientais.



3.2.2.3 Programa Terra Mais Igual

Histórico do Programa

O programa foi criado em 1998, através do Decreto nº 10.131 de 15/01/1998, com a denominação de PROJETO TERRA (Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda no Município de Vitória), com o objetivo de incorporar as áreas de baixa renda ao tecido urbano da cidade, dotando-as de padrões urbanísticos adequados, infraestrutura básica, equipamentos públicos, habitações dignas, segurança e melhorias microclimáticas, regularização fundiária, garantindo a qualidade de vida e pleno direito à cidadania aos moradores dessas comunidades.

O Programa foi concebido pela equipe técnica da Prefeitura a partir do acúmulo do Projeto São Pedro, que foi a primeira experiência do município de intervenções em áreas de ocupação irregular, realizando a remoção e reordenamento da ocupação na área do lixão e promovendo a recuperação do manguezal.

Em 2005, a administração concentrou esforços para retomar e dar continuidade aos investimentos já contratado, cujas obras estavam paralisadas. Além disso, ampliou o montante de recursos captados através da concretização das captações iniciadas na gestão anterior e de novos contratos de repasse e financiamento.

A análise e avaliação sobre a experiência de gestão e resultados anteriores do Projeto Terra culminou no amadurecimento dos conceitos relacionados ao programa, fortalecendo o entendimento de que o Projeto Terra deveria ser prioritariamente um programa de Desenvolvimento Humano.

Este debate teve como base os Eixos estratégicos de Governo (Democratização da Gestão Pública / Defesa da Vida e Respeito aos Direitos Humanos / Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social) e culminou na revisão do objetivo geral do Programa, na alteração do nome para Terra Mais Igual e da logomarca (Decreto nº 13.669 de 28/12/2007).



Coordenação do Programa

A coordenação do Programa Terra Mais Igual é exercida pelo Núcleo Gestor do Terra Mais Igual, vinculado à Secretaria de Gestão Estratégica, efetivando-se através dos níveis estratégico, tático e tático-operacional. O Núcleo é composto por uma equipe multidisciplinar que tem o papel de gerenciar e acompanhar as ações do Programa, otimizando a articulação entre as secretarias envolvidas e monitorando a implementação dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI.

Segue Figura 14 com o organograma informal do núcleo gestor do Programa Terra Mais Igual:

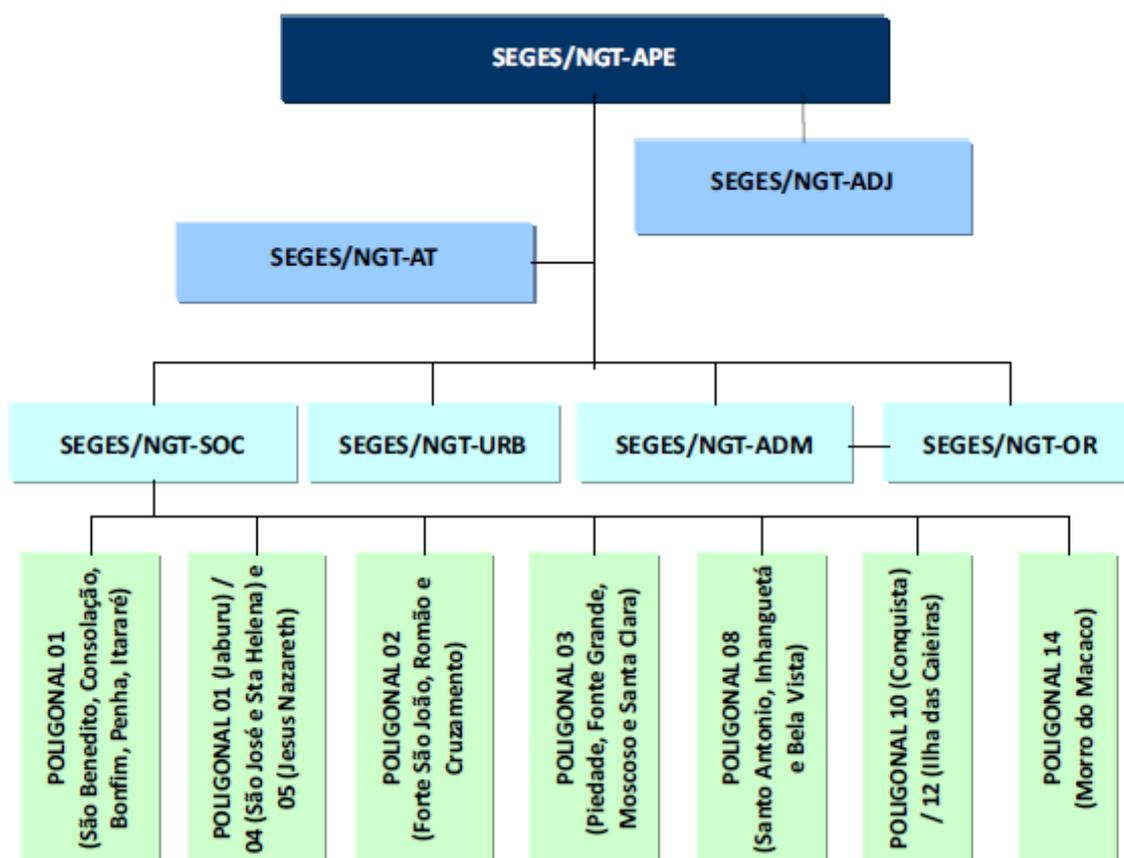


Figura 14: Organograma informal do Programa Terra Mais Igual.

Áreas de Atuação - Poligonais

No município de Vitória foram mapeados os bairros e comunidades contemplados pelas Poligonais do Terra Mais Igual e respectivo número de



habitantes e de domicílios (Tabela 17). No total, são 25.355 domicílios e 84.114 habitantes, segundo dados do Censo de 2010.

Tabela 17: Poligonais atendidas pelo Programa Terra Mais Igual.

Poligonal	Bairro (Lei Municipal nº 6.077/2003)	Comunidade	População 2010	Domicílios 2010
P1SB	Consolação, São Benedito, Itararé, Bonfim, Gurigica e Bairro da Penha	Engenharia	26.431	7.872
P1JB	Gurigica	Jaburu, Floresta e Constatino	3.577	991
P2	Forte São João, Cruzamento e Romão	Alto de Jucutuquara.	7.068	2.013
P3	Piedade, Fonte Grande, do Moscoso e Santa Clara	Capixaba	3.397.	1.006
P4	Santa Helena	São José	1.164	322
P5	Jesus de Nazareth	-	2.565	739
P6	Ilha do Príncipe	-	2.373	764
P7	Ariovaldo Favalessa, do Quadro, do Cabral e Caratoíra	Alagoano	9.554	2.901
P8	Santo Antônio, Inhanguetá e Bela Vista	Pedra do Bode	8.070	2.503
P9	Condusa e Santos Reis	-	1.938	598
P10	Conquista	Alto Resistência	2.728	787
P11	Joana d'Arc, Andorinhas e Santa Martha	Mangue Seco	5.670	1.858
P12	Ilha das Caieiras	-	2.042	596
P13	Maria Ortiz	-	1.853	590
P14	Tabuazeiro	Morro do Macaco	4.909	1.564
P15	Ilha de Santa Maria	-	775	251
Total	33	12	84.114	25.355

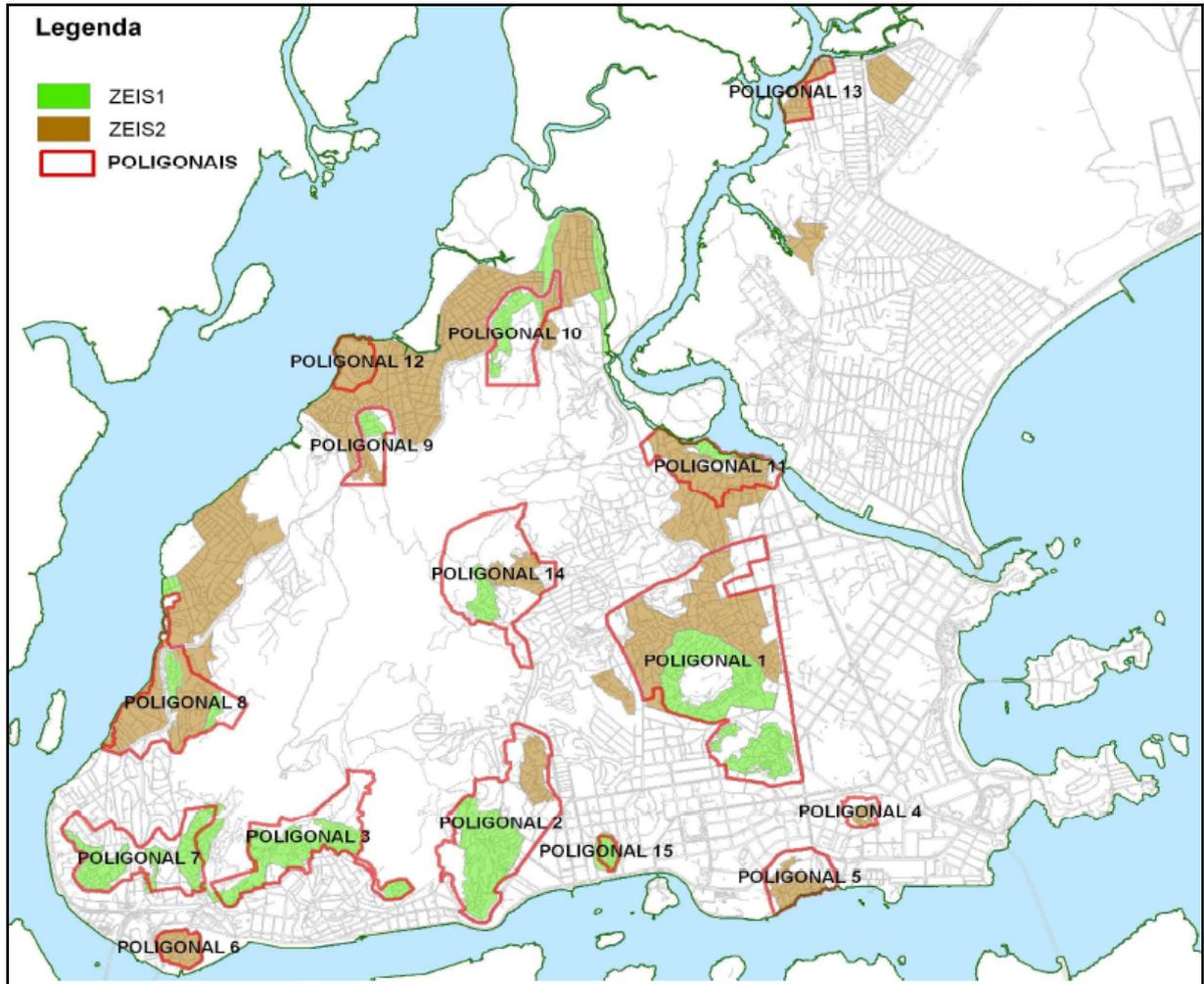


Figura 15: Mapa do Município de Vitória com destaque para as Poligonais e Zonas Especiais de Interesse Especial – ZEIS 1 e 2.

3.2.2.4 Áreas ou atividades onde ocorre cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processo, equipamentos e infraestrutura, relativos à gestão do saneamento básico

Abastecimento de Água Tratada: A gestão do sistema de abastecimento de água no município de Vitória vem adotando um caráter de cooperação federativa entre o Estado e Municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Essa forma de gestão compartilhada se deve ao fato do sistema de abastecimento de água ser intermunicipal, envolvendo os municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha no processo de captação, adução e de tratamento da água que abastece o Município de Vitória.



Esgotamento Sanitário: Atualmente, todo o efluente doméstico coletado pelo município de Vitória é tratado no próprio Município. Por se tratar de uma Ilha, as sub-bacias só recebem contribuição das ligações domiciliares dos munícipes. Já na parte continental do Município de Vitória, o subsistema de Jardim Camburi recebe contribuição de alguns bairros adjacentes do município de Serra, esse efluente é recalcado para a ETE Jardim Camburi.

Drenagem Pluvial: O município de Vitória, mais especificamente o bairro de Jardim Camburi recebe toda água pluvial do município da Serra. Além dos problemas de alagamentos devido ao recebimento dessas águas, há ainda o agravante dos esgotos domésticos provenientes de ligações irregulares dos bairros da Serra, Bairro de Fátima e Hélio Ferraz.

A PMV já tentou fazer uma ação conjunta com a Prefeitura Municipal da Serra, para identificação destas ligações cruzadas e extinção das mesmas, porém não houve interesse do município da Serra.

Já foram executados serviços na Rua Belmiro Teixeira Pimenta a fim de eliminar os problemas decorrentes das águas provenientes do Bairro de Fátima. Foi construída uma canaleta para coletar as águas da chuva, direcionando para rede de drenagem da Rua Celso Cláudio.



Figura 16: Execução de canaleta na Rua Belmiro Teixeira Pimenta – Jardim Camburi.



Resíduos Sólidos: No que se refere ao tema “resíduos sólidos”, a fase do processo de gerenciamento na qual atualmente existe ligação e cooperação entre Vitória e os municípios vizinhos é a destinação final. Os demais serviços do manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana são realizados prioritariamente dentro do próprio município.

O principal local de recebimento, gerenciamento e destinação final dos resíduos gerados na capital é a Central de Tratamento de Resíduos da Marca Ambiental – CTR MARCA, localizada no município de Cariacica, na Grande Vitória. A Marca Ambiental é uma empresa especializada em multi tecnologias para o gerenciamento integrado de resíduos. A CTR MARCA possui mais de dois milhões de metros quadrados e está licenciada para receber resíduos Classes I, IIA e IIB de indústrias, portos, aeroportos, estabelecimentos de saúde e outros (MARCA AMBIENTAL, 2014).

Na Grande Vitória existem também outras empresas privadas especializadas no gerenciamento de resíduos. No município de Vila Velha está localizada a Central de Tratamento de Resíduos Vila Velha – CTRVV, além da empresa de reciclagem de resíduos da construção civil – RCC, Natureza Viva. No município da Serra, encontra-se instalada a empresa Vitória Ambiental Engenharia e Tecnologia S.A., especializada no gerenciamento total de resíduos – *total waste manager*, que oferece serviços integrados para o tratamento de resíduos sólidos e efluentes industriais provenientes de indústria de petróleo e gás, siderúrgicas, de mineração, metal mecânicas, farmacêuticas, químicas e outras (VITÓRIA AMBIENTAL, 2014). Também no município de Serra encontra-se uma empresa de reciclagem de RCC recentemente inaugurada, a Ureserra.

3.2.2.5 Organizações sociais relacionados à saúde, saneamento e meio ambiente

No município de Vitória não foi identificado nenhuma organização, movimento ou grupo social com tradições de uso e costumes com ações específicas relacionadas ao Saneamento Básico. O que se observa são movimentos isolados que geralmente se manifestam nas datas comemorativas são temas em questão com ênfase ao Meio Ambiente.



3.2.3 Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável

3.2.3.1 Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável nas Poligonais

Um dos tipos de intervenção que o Município de Vitória realiza nas Poligonais do projeto Terra Mais Igual é o de Infraestrutura, composto, entre outros, pelos serviços de abastecimento de água (redes, ligações domiciliares, estações elevatórias e reservatório). Apesar da Prefeitura intervir na obra de infraestrutura nas poligonais, é de responsabilidade da concessionária, no caso a CESAN, atender à demanda de abastecimento de água das poligonais. Logo, as estações de tratamento, reservatórios de abastecimento e redes troco de distribuição devem ser dimensionados para atender as demandas atuais e futuras de toda região de Vitória, incluindo as Poligonais.

A meta geral do Programa é atender todas as famílias pertencentes às poligonais que não estiverem em área sujeitas a reassentamento (área de interesse ambiental, área de risco ou áreas com interferências com as obras).

Segundo a assessoria técnica da SEGES, o Projeto Terra mais Igual já atendeu as Poligonais P04, P05, P11, P12, e parte da P08. Em obra encontram-se as Poligonais P01, P02, P03, e P10 e não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, nas Poligonais P06, P07, P09, P13, P14 e P15.

Encontra-se a seguir, um resumo da situação do serviço de abastecimento de água, realizado pela Prefeitura de Vitória, por Poligonal:

- **Poligonal 01 – São Benedito**
 - Meta: Realização redes de distribuição, reservatório, elevatórias, recalque e ligações.
 - Executado: Redes de distribuição e início das obras do Reservatório.
 - Em andamento: Desapropriação do Parque São Benedito para execução do reservatório com capacidade de 1100 m³. A SEMOB está acompanhando com a CESAN ajustes no projeto de automação e de



obras civis da elevatória de água tratada que atenderá aos dois Morros (Jaburu e São Benedito) para abastecer os reservatórios.

- **Poligonal 01 – Jaburu**

- Meta: Realização redes de distribuição, reservatório, elevatórias, recalque e ligações.
- Executado: 4.498m de redes de distribuição, 882m de adutora, 759 ligações domiciliares, 01 reservatório de 250 m³ no bairro Jaburu, mas ainda não se encontra em operação.
- Em andamento: Sem ocorrência.

- **Poligonal 02**

- Meta: Realização redes de distribuição, elevatórias, recalque e ligações.
- Executado: Conclusão das intervenções no bairro Cruzamento.
- Em andamento: No Romão e Forte São João as obras de infraestrutura, estão em execução, contemplando abastecimento de água.

- **Poligonal 03**

- Meta: Realização redes de distribuição, elevatórias, recalque e ligações nos bairros Moscoso, Fonte Grande, remanescente da Piedade e comunidade da Capixaba.
- Executado: 2.794 m de redes de distribuição, 106 ligações domiciliares.
- Em andamento: Obras de abastecimento de água nos bairros Moscoso, Fonte Grande, remanescente da Piedade e comunidade da Capixaba.

- **Poligonal 04**

- Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).



- **Poligonal 05**
 - Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).

- **Poligonal 06**
 - Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 6.

- **Poligonal 07**
 - Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 7.

- **Poligonal 08**
 - Meta: Realização de redes de distribuição e ligações.
 - Executado: Implantação das redes de abastecimento de água na região de Santo Antônio e Inhanguetá, Bairro Bela Vista: 1.192 m de redes, 267 ligações domiciliares;
 - Em andamento: Nova captação de recursos para a Poligonal 8 expandida (bairros Santo Antônio, Bela Vista, Inhanguetá, Estrelinha, Grande Vitória e Universitário), para realização de obras de infraestrutura, entre outros.

- **Poligonal 09**
 - Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 09.

- **Poligonal 10**
 - Meta: Realização de redes de distribuição, elevatórias, recalque e ligações.
 - Executado: Sem ocorrência.



- Em andamento: Infraestrutura e saneamento (água, esgoto) no bairro Conquista.

- **Poligonal 11**

- Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).

- **Poligonal 12**

- Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao abastecimento de água.

- **Poligonal 13**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 13.

- **Poligonal 14**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 14.

- **Poligonal 15**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 15.

3.2.3.2 Intermitência no abastecimento de água nas Poligonais

Um dos problemas característicos das regiões elevadas do município é a intermitência no abastecimento de água devido pressão disponível na rede não atender as cotas necessárias, principalmente nos horários de pico.

Tal evidência pode ser percebida no mapa 00260.MP.0038-00 - Manchas de Abastecimento, a seguir, que apresenta cerca de 80% das áreas com intermitência na região das Poligonais 01, 02, 03,05, 07, 09, 10 e 14, em cotas acima de 40 m, respectivamente nos bairros: Gurigica e São Benedito; Romão e Forte São João;



Fonte Grande, Piedade e Santa Clara; Jesus de Nazaré; Do Quadro e Caratoíra; Conduza; Conquista; e Tabuazeiro.

Observa-se também, pelo mapa, que grande parte da deficiência das áreas com intermitência de abastecimento deve-se ao mau dimensionamento / ausência de EEAT ou Booster.

Este fato também foi percebido pelos Gerentes das Regionais, conforme apresentado no “Diagnóstico Participativo com os Gerentes das Regionais Administrativas”, apresentado no Plano de Mobilização.

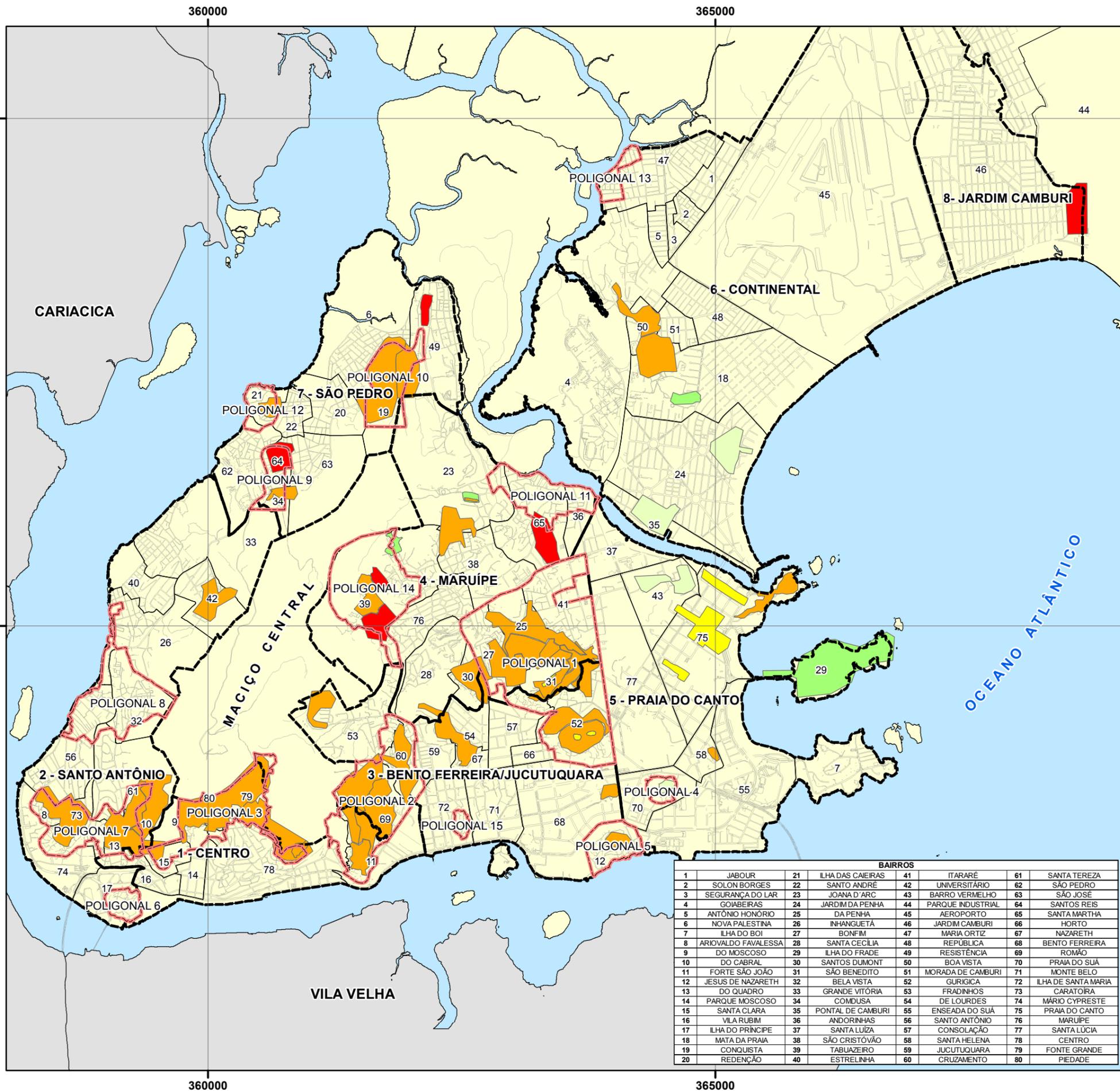
3.2.3.3 Diagnóstico Participativo com a Comunidade

Referente ao Plano de Mobilização abrangido pelo PMSB/PMV realizou-se duas reuniões nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, nas quais os participantes opinaram e responderam a questionários sobre os quatro temas do saneamento básico. Em relação ao tema “abastecimento de água”, segue a Tabela 18, com o resumo dos pontos levantados e discutidos na reunião do dia 27 de fevereiro de 2014, pelos munícipes da Regional I.

Tabela 18: Resumo do diagnóstico participativo, tema “abastecimento de água”, da Regional I.

Regional	Deficiências Apontadas	Sugestões da comunidade
27/02/2014 Regional I - Centro	<ul style="list-style-type: none">✓ Há falta de água quase sempre na parte mais alta do morro da Capixaba. A água chega muito fraca, as vezes com cheiro de cloro e muito branca;✓ Ocorrem vazamentos recorrentes (a cerca de cinco anos) em pontos específicos da rede de abastecimento de água, de conhecimento da Prestadora do Serviço, que por sua vez, demora em resolvê-los.	<ul style="list-style-type: none">✓ Devem-se realizar campanhas educativas votadas para os temas relacionados ao saneamento básico;✓ Realizar aplicação de multa a quem desrespeitar o Plano Municipal a ser construído.

Fonte: Os participantes da reunião, fevereiro de 2014.



Legenda

- Poligonal Terra Mais Igual
- Regionais
- Bairros
- Estrutura Viária

Manchas de Abastecimento

- Mancha Eliminada Definitivamente
- Mancha Eliminada em 2012
- Área com Deficiência de Abastecimento
- Área com Intermitência de Abastecimento em Área de Influência de EEAT ou Booster (Bombeada)
- Área com Intermitência no Abastecimento

Localização Geográfica

Dados Cartográficos

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum Horizontal WGS 84
 Zona 24S
 Escala 1:60.000

Cliente **PREFEITURA DE VITÓRIA**

 Executante **ARCADIS logos**

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VITÓRIA - ES

Título
Manchas de Abastecimento

Fonte
PMV - www.vitoria.es.gov.br
CESAN

Elaboração Ivan Drago Mattiuzzi
 Técnico em Geoprocessamento
 CREA ES-30.145/TD

Coordenador Orlando Peixoto Esteves
 Engenheiro Civil
 CREA RJ-16.832-D

Arquivo Digital 00260.MP.0038-00	Data FEVEREIRO/2014	Revisão 0
-------------------------------------	------------------------	--------------

BAIROS							
1	JABOUR	21	ILHA DAS CAIEIRAS	41	ITARARÉ	61	SANTA TEREZA
2	SOLON BORGES	22	SANTO ANDRÉ	42	UNIVERSITÁRIO	62	SÃO PEDRO
3	SEGURANÇA DO LAR	23	JOANA D'ARC	43	BARRO VERMELHO	63	SÃO JOSÉ
4	GOIABEIRAS	24	JARDIM DA PENHA	44	PARQUE INDUSTRIAL	64	SANTOS REIS
5	ANTÔNIO HONÓRIO	25	DA PENHA	45	AEROPORTO	65	SANTA MARTHA
6	NOVA PALESTINA	26	INHANGUETA	46	JARDIM CAMBURI	66	HORTO
7	ILHA DO BOI	27	BONFIM	47	MARIA ORTIZ	67	NAZARETH
8	ARIOVALDO FAVALESSA	28	SANTA CECÍLIA	48	REPÚBLICA	68	BENTO FERREIRA
9	DO MOSCOSO	29	ILHA DO FRADE	49	RESISTÊNCIA	69	ROMÃO
10	DO CABRAL	30	SANTOS DUMONT	50	BOA VISTA	70	PRAIA DO SUÁ
11	FORTE SÃO JOÃO	31	SÃO BENEDITO	51	MORADA DE CAMBURI	71	MONTE BELO
12	JESUS DE NAZARETH	32	BELA VISTA	52	GURIGICA	72	ILHA DE SANTA MARIA
13	DO QUADRO	33	GRANDE VITÓRIA	53	FRADINHOS	73	CARATOIRA
14	PARQUE MOSCOSO	34	COMDUSA	54	DE LOURDES	74	MÁRIO CYPRESTE
15	SANTA CLARA	35	PONTAL DE CAMBURI	55	ENSEADA DO SUÁ	75	PRAIA DO CANTO
16	VILA RUBIM	36	ANDORINHAS	56	SANTO ANTÔNIO	76	MARUÍPE
17	ILHA DO PRÍNCIPE	37	SANTA LUÍZA	57	CONSOLAÇÃO	77	SANTA LÚCIA
18	MATA DA PRAIA	38	SÃO CRISTÓVÃO	58	SANTA HELENA	78	CENTRO
19	CONQUISTA	39	TABUAZEIRO	59	JUCUTUQUARA	79	FUNTE GRANDE
20	REDENAÇÃO	40	ESTRELINHA	60	CRUZAMENTO	80	PIEDADE



3.2.4 Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.2.4.1 Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário nas Poligonais

Um dos tipos de intervenção que o Município de Vitória realiza nas Poligonais do projeto Terra Mais Igual é o de Infraestrutura, composto, entre outros, pelos serviços de esgotamento sanitário (redes, ligações domiciliares e intradomiciliares, estações elevatórias e estações de tratamento). A meta geral do Programa é atender todas as famílias pertencentes às poligonais que não estiverem em área sujeitas a reassentamento (área de interesse ambiental, área de risco ou áreas com interferências com as obras).

Segundo a assessoria técnica da SEGES, o Projeto Terra mais Igual já atendeu as Poligonais P04, P05, P11, P12, e parte da P08. Em obra encontram-se as Poligonais P01, P02, P03, e P10 e não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, nas Poligonais P06, P07, P09, P13, P14 e P15.

Existem três poligonais em processo de repasse para a CESAN, as poligonais P4, P5 e P11. Eventuais necessidades de reparo, desobstrução de rede coletora, e outros ficariam a cargo da CESAN, já a Prefeitura seria a responsável pela divulgação nas comunidades do programa de tarifa social e de isenção disponibilizados pela CESAN.

Encontra-se a seguir, um resumo da situação do serviço de esgotamento sanitário, realizados pela Prefeitura de Vitória, por Poligonal:

- **Poligonal 01 – São Benedito**
 - Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).
 - Executado: 1.777,64 m de rede de esgotamento sanitário em ruas do bairro Itararé.
 - Em andamento: não informado.
- **Poligonal 01 – Jaburu**
 - Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).



- Executado: 1.650m de redes e 415 ligações domiciliares de esgotamento sanitário.

- Em andamento: sem ocorrência.

- **Poligonal 02**

- Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).

- Executado: Conclusão das intervenções no bairro Cruzamento,

- Em andamento: No Romão e Forte São João as obras de infraestrutura, estão em execução, contemplando rede coletora de esgoto.

- **Poligonal 03**

- Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações) nos bairros Moscoso, Fonte Grande, remanescente da Piedade e comunidade da Capixaba.

- Executado: Obras de esgotamento nos bairros Piedade e Fonte Grande, 1.943 m de redes e 112 ligações domiciliares.

- Em andamento: Obras de esgotamento sanitário nos bairros Moscoso, Fonte Grande, remanescente da Piedade e comunidade da Capixaba.

- **Poligonal 04**

- Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).

- **Poligonal 05**

- Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).

- **Poligonal 06**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 6.



- **Poligonal 07**
 - Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 7.

- **Poligonal 08**
 - Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).
 - Executado: Implantação das redes de infraestrutura na região de Santo Antônio e Inhanguetá, Bairro Bela Vista: 4.264 m de redes e 378 ligações domiciliares;
 - Em andamento: Nova captação de recursos para a Poligonal 8 expandida (bairros Santo Antônio, Bela Vista, Inhanguetá, Estrelinha, Grande Vitória e Universitário), para realização de obras de infraestrutura, entre outros.

- **Poligonal 09**
 - Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 09.

- **Poligonal 10**
 - Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).
 - Executado: sem ocorrência.
 - Ações em andamento: infraestrutura e saneamento (água, esgoto) no bairro Conquista.

- **Poligonal 11**
 - Foram executadas e concluídas todas as obras referentes ao saneamento básico (água e esgoto).

- **Poligonal 12**
 - Meta: Realização de esgotamento sanitário (redes e ligações).



- Executado: 2.130 m de redes e 181 ligações domiciliares. As obras de esgotamento sanitário, não contempladas no contrato, foram repassadas para execução pelo contrato de saneamento da SEMOB, em andamento, cuja empresa responsável é a Trix.
- Em andamento: Estão sendo realizadas, ainda, visitas com a equipe de saneamento da SEMOB, para reavaliar problemas com as ligações de esgoto.

- **Poligonal 13**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 13.

- **Poligonal 14**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 14.

- **Poligonal 15**

- Não há previsão de investimento em infraestrutura, no momento, na Poligonal 15.

3.2.4.2 Diagnóstico Participativo com a Comunidade

Referente ao Plano de Mobilização abrangido pelo PMSB/PMV realizaram-se duas reuniões nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2014, nas quais os participantes opinaram e responderam a questionários sobre os quatro temas do saneamento básico. Em relação ao tema “esgotamento sanitário”, segue a Tabela 19, com o resumo dos pontos levantados e discutidos na reunião do dia 27 de fevereiro de 2014, pelos munícipes da Regional I.



Tabela 19: Resumo do diagnóstico participativo, tema “esgotamento sanitário”, da Regional I.

Regional	Deficiências Apontadas	Sugestões da comunidade
27/02/2014 Regional I - Centro	<ul style="list-style-type: none">✓ Ainda existem residências com seu esgoto doméstico sendo lançado em pontos nos fundos dos quintais.✓ Existem residências com ligação de esgoto doméstico na rede de drenagem pluvial, em vários pontos da comunidade;✓ Vários pontos de ligação cruzada entre a rede pluvial e a rede coletora de esgoto;✓ Não existe rede de esgoto no Morro do Capixaba, todo o efluente é lançado na drenagem pluvial;✓ Os moradores do bairro Piedade não conseguem identificar/localizar os PVs de esgoto;	<ul style="list-style-type: none">✓ Devem-se realizar campanhas educativas voltadas para os temas relacionados ao saneamento básico;✓ Realizar aplicação de multa a quem desprezar o Plano Municipal a ser construído.

Fonte: Os participantes da reunião, fevereiro de 2014.

3.2.5 Situação da Habitação

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretrizes Gerais

- Fomentar a integração das ações em habitação com as demais políticas urbanas, viária, de regularização fundiária, sociais e ambientais, de forma a garantir o direito à habitação, incluindo o acesso a equipamentos sociais e de infra-estrutura urbana, condições adequadas de mobilidade urbana e a proteção das áreas ambientalmente frágeis, bem como o fortalecimento das relações de vizinhança e de interação social;
- Promover a remoção dos domicílios contidos nas áreas de preservação ambiental, garantindo o reassentamento dessas famílias, prioritariamente, na própria área ou seu entorno;



- Promover a avaliação de risco, buscando sua eliminação ou promover a remoção dos domicílios contidos em áreas de alto risco;
- Coibir novas ocupações em áreas de alto risco e de preservação ambiental;
- Estabelecer parâmetros edilícios e urbanísticos específicos, bem como procedimentos de aprovação e fiscalização para os empreendimentos habitacionais de interesse social;
- Afirmar o Plano Local de Habitação de Interesse Social enquanto instrumento permanente de política pública de Estado de garantia de acesso à moradia, com participação popular, de forma a evitar as discontinuidades próprias do processo político partidário;
- Articular as ações do Plano Local de Habitação de Interesse Social aos programas dirigidos à inclusão social.

Diretrizes da Estrutura Organizacional

- Adequar a estrutura organizacional visando à eficácia na implementação dos programas habitacionais e de regularização fundiária;
- Estruturar uma coordenação para a aquisição e disponibilização de terras e imóveis (banco de terras e imóveis) para Habitação de Interesse Social, utilizando os instrumentos disponíveis no Plano Diretor Urbano e no mercado imobiliário, tais como compra de áreas e imóveis, exceto em áreas de alto risco e de preservação ambiental;
- Estruturar a Gerência de Informações e Georeferenciamento, bem como a organização de coordenações de orçamento, pesquisa e cadastro e de mapeamento.

Diretrizes de Gestão Institucional

- Garantir habitações dignas para a parcela da população que terá que ser removida das áreas de interesse ambiental e de alto risco;
- Priorizar a intervenção nas *ZEIS* com maior representação populacional e de domicílios;



- Fomentar a articulação da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, com vistas à oferta de moradias populares, de modo a inibir o surgimento de novos assentamentos precários;
- Articular junto ao Governo a promoção da cobertura integral nas ZEIS do adequado tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário;
- Fomentar a efetivação de um Plano de Habitação de Interesse Social Metropolitano;
- Aplicar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor do Município para viabilizar programas habitacionais e fundiários de interesse social;
- Definir uma política de subsídios à Habitação de Interesse Social, com vistas ao fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação e valorização dos benefícios recebidos pela população;
- Incentivar e apoiar à formação de cooperativas e associações comunitárias auto-gestionárias na execução de programas habitacionais;
- Fomentar a Integração das ações das diversas instâncias da PMV, de forma a melhorar a eficiência e eficácia das ações públicas na área de provisão e oferta habitacional;
- Potencializar o uso de instrumentos de gestão existentes e organizar o Sistema Municipal de Informação Habitacional e Fundiário articulado ao banco corporativo da Prefeitura;
- Induzir à utilização dos instrumentos previstos no Plano Diretor Urbano, com vistas a ampliar as alternativas de novas áreas e recursos para aplicação em programas habitacionais e de regularização fundiária.

Diretrizes de Gestão Democrática e Participativa

- Promover o fortalecimento do Conselho Municipal de Habitação, das Conferências Municipais de Habitação e de outras Conferências que possuam interface com o setor habitacional;
- Estimular a participação da população moradora e dos movimentos de moradia, bem como das universidades, ONGs, entidades técnicas e



empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social do Plano Local de Habitação de Interesse Social;

- Promover audiências públicas e outros instrumentos de participação popular (plebiscito, consultas públicas, etc.).

Diretrizes de Oferta Habitacional

- Promover a utilização de áreas vazias ou subutilizadas, para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social;
- Fomentar e promover a utilização de imóveis fechados, bem como os cedidos e ainda os alugados, com a finalidade de adequação ou reconstrução do imóvel para atendimento aos programas habitacionais, destinados a inquilino ou cessionário do imóvel;
- Fomentar a aquisição de imóveis fechados, bem como os cedidos e ainda os alugados, enquadrados como imóveis adequados à habitação, destinados a inquilino ou cessionário do imóvel;
- Promover o reordenamento urbano em áreas contínuas ou imóveis contíguos alugados, bem como os cedidos e ainda os fechados, com vistas a aumentar o número de imóveis a serem ofertados;
- Promover melhorias habitacionais e reconstrução das edificações particulares de uso próprio;
- Promover melhorias habitacionais através de crédito para construção, reforma e aplicação dos seus imóveis, bem como proporcionar serviços de Arquitetura e Engenharia para a parcela da população que não pode pagar pelos serviços;
- Fomentar e promover a reforma e a reciclagem de edifícios vazios ou subutilizados em todo o território municipal para produção de novas unidades habitacionais de interesse social;
- Fomentar, estimular e desenvolver a utilização de projetos do tipo multifamiliar;
- Utilizar de maneira mais contundente o instrumento Carta de Crédito como mecanismo de ampliação de oferta habitacional;



Diretriz de Regularização Fundiária

- Regularizar os imóveis existentes nas ZEIS, definindo os espaços públicos e privados através do reconhecimento dos logradouros, da edição de legislação urbanística e edilícia, da inserção no cadastro fiscal e da concessão direta do título pertinente ou da assistência técnica necessária à aquisição da terra diretamente pelos moradores;
- O instrumento de desapropriação para fins de titulação, não será utilizado, salvo se a relação custo benefício for comprovadamente inferior a outras opções.

Diretrizes do Quadro Normativo

- Adequar e aperfeiçoar a legislação relativa à habitação e à regularização fundiária e seus respectivos instrumentos de gestão;
- Fomentar a adequação da legislação fiscal municipal com vistas ao estabelecimento de incentivos para investimentos oriundos do setor privado, na área habitacional.

OBJETIVOS

Com base nas definições constantes no Guia de Orientações para Adesão de Estados, Distrito Federal e Municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social da Secretaria Nacional da Habitação do Ministério das Cidades (abril/2006), os objetivos correspondem aos resultados mais importantes que se deseja obter com a implantação do Plano.

Objetivos de Gestão Institucional

Os objetivos de Gestão Institucional consistem na melhoria de recursos, procedimentos e gestão administrativa para execução dos programas habitacionais e de regularização fundiária, conforme objetivos abaixo descritos:



- Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais, através de sua articulação com as políticas de desenvolvimento econômico e social e de gestão ambiental;
- Adequar/Ajustar a estrutura administrativa da SEHAB com vistas aos resultados a serem atingidos tais como: a elaboração de projetos, emissão de laudos e de Cartas de Créditos, fiscalização e acompanhamento de obras (habitação), pesquisas e monitoramento da implantação do Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social;
- Implantar a utilização do MS Project como instrumento gerencial e potencializar a utilização do notes no acompanhamento dos trabalhos, bem como a preparação dos gerentes no entendimento do ARGIS;
- Estruturar e implantar o Sistema de Informação Habitacional e Fundiária - ZEIS articulado ao banco corporativo da PMV e o Banco de Terras e Imóveis, bem como a atualização de informações para monitoramento do Plano;
- Aprimorar e ampliar a captação de recursos junto a outras esferas de governo (federal e estadual, Fundos) e agentes financeiros (CEF, BNDES), para projetos habitacionais, de modo a aumentar o aporte desses recursos;
- Articular com as instâncias estadual e federal e de gestão de fundos procedimentos para agilização de análise, aprovação e liberação de recursos;
- Simplificar, através do ordenamento jurídico e de procedimentos administrativos o acesso à moradia nas zonas de especial interesse social;
- Fortalecer os instrumentos de controle social e gestão participativa, em especial, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Respeitar e fortalecer os canais de participação das organizações comunitárias e dos cidadãos, bem como assegurar o repasse de informações em todas as fases de implantação dos programas habitacionais;
- Garantir a não ocupação de áreas de alto risco e ambientalmente frágeis, através de parcerias com outras secretarias municipais e as comunidades locais;
- Fomentar a elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV.



Objetivos de Provisão e Oferta Habitacional e de Regularização Fundiária

Os objetivos de provisão, de adequação, de urbanização e de regularização fundiária referem-se às ações de produção, melhoria habitacional e de regularização fundiária nas áreas de interesse social, são eles:

- Promover a atualização dos dados referentes às áreas e imóveis públicos e particulares ociosos e/ou subutilizados;
- Promover a produção de novas habitações em locais adequados do ponto de vista urbanístico e ambiental, bem como criar mecanismos de acesso ao crédito, de modo a atender a população residente nas ZEIS, cuja faixa de renda seja de 0 até 5 (cinco) salários mínimos, reduzindo o déficit habitacional em 73% no período de 2008 a 2014.
- Promover a melhoria das condições de habitação em 100% dos imóveis inadequados;
- Efetuar o tratamento adequado dos efluentes de esgoto em 100% das ZEIS, no período de 2008/2014;
- Fomentar o desenvolvimento de tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas verdes e de lazer;
- Observar os critérios de acessibilidade universal na elaboração de projetos habitacionais, bem como destinar reserva e adequação de parcela das unidades habitacionais produzidas ou reconstruídas ou adequadas para o atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Assegurar o apoio e o suporte técnico às iniciativas da população para produzir ou melhorar sua moradia;
- Regular juridicamente as áreas de propriedade pública municipal que estejam com infraestrutura consolidada, Joana D'arc, Santa Marta e Andorinhas (aproximadamente 2.000 mil lotes), Nova Palestina (aproximadamente 1.700 lotes), Santo Antônio (112 lotes e 40 unidades habitacionais), Maria Ortiz, Itararé, Monte Belo e Ilha de Santa Maria, aproximadamente 8.500 lotes;
- Regularizar urbana e juridicamente, após a conclusão do Plano de Urbanização, as áreas públicas e privadas na Poligonal 1 que abrange as



ZEIS: 1/15; 1/16; 1/17 e 2/13 - parcial e na Poligonal 2 do Projeto Terra Mais Igual que abrange as ZEIS 1/12 e 2/9;

- Prestar assessoria e apoio para a regularização jurídica e urbanística, em consonância com o Plano de Urbanização da Área, às organizações da sociedade civil localizadas em ZEIS de propriedade privada, fornecendo orientação jurídica gratuita e documentos necessários ao ajuizamento de ações legais;
- Regularizar urbanística e juridicamente a área dos empreendimentos e respectivas unidades habitacionais ofertados;
- Garantir, em lotes de propriedade do patrimônio municipal, a gratuidade no fornecimento da planta de situação e o memorial descritivo de medição, bem como na regularização jurídica aos ocupantes de lotes de uso residencial, área de até 250 m², cuja renda familiar seja de até 5 (cinco) salários mínimos;
- Efetuar, em lotes públicos do patrimônio municipal, a regularização jurídica onerosa, porém, parcelando o ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, bem como antecipando o pagamento dos custos cartoriais dos imóveis, em até 12 vezes sem juros, às famílias com renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos.

Objetivos Normativos

Os objetivos de caráter normativo referem-se à adequação de leis e normas para a implantação dos programas habitacionais e de regularização fundiária, são eles:

- Adequar à forma de organização e regulamentação do funcionamento das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Habitação - Decreto nº.12.636;
- Estabelecer ou ajustar novos instrumentos normativos municipais que reflitam as novas normas federais em matéria habitacional, de regularização fundiária e saneamento básico, especialmente as Leis Federais Lei nº 11.445/2007 e Lei nº. 11.481/2007;
- Adequar às normas jurídicas municipais já existentes no que se refere a programas e projetos de habitação para que reflitam as novas normas



federais em matéria habitacional, especialmente as contidas no Plano de Aceleração do Crescimento e ainda a concessão de uso especial para fins de moradia;

- Adequar a legislação municipal vigente tornando obrigatória, na elaboração das leis orçamentárias, a avaliação e inclusão dos recursos oriundos dos fundos nacionais e estaduais voltados à habitação;
- Adequar a legislação municipal à legislação estadual no que se refere à concessão de áreas de terreno de propriedade do Estado para fins de assentamento (Constituição Estadual Art. 243 e Lei 5.041 de 07 de junho de 1995 que cria o Conselho Estadual de Habitação);
- Adequar à legislação fiscal municipal no que se refere ao estabelecimento de incentivos fiscais para investimentos oriundos do setor privado, na área de habitação;
- Regulamentar as ZEIS de forma a possibilitar a sua inserção nos procedimentos de controle urbanístico, instituindo procedimentos claros e simplificados de aprovação de projetos e de regularização fundiária, bem como definir os tipos de subsídio, forma de repasse e pagamento das Unidades Habitacionais e da emissão de Cartas de Crédito;
- Proceder à compatibilização de normas entre o Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social com o Plano Diretor Urbano;

LINHAS DE AÇÃO, PROGRAMAS, PROJETOS E METAS

Linhas de Ação

A elaboração das linhas de ações, das estratégias e dos programas que comporão o Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social teve como base os princípios, diretrizes e objetivos apresentados nos itens anteriores e a política habitacional e fundiária em desenvolvimento pela gestão administrativa atual.

O objetivo estratégico do Plano está focado no aperfeiçoamento e na ampliação das ações em desenvolvimento e de novas ações, com vistas a proceder



ao atendimento de 70% das demandas identificadas, no prazo de 7 (sete) anos – período, 2008/2014.

Com base nas definições constantes no Guia de Orientações para Adesão de Estados, Distrito Federal e Municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social da Secretaria Nacional da Habitação do Ministério das Cidades (abril/2006), as metas referem-se aos resultados intermediários que contribuem para o alcance dos objetivos.

As ações, projetos e programas atuais e a serem criados estão organizados em quatro grandes linhas de ação, a saber:

Provisão de Novas Oportunidades Habitacionais

Essa linha de ação corresponde ao atendimento do déficit e da inadequação de moradias, bem como a produção ou o apoio à produção de novas unidades habitacionais voltadas à população com renda até 5 (cinco) salários mínimos, desenvolvida através dos seguintes programas, projetos e ações:

Programa Moradia:

Coordenado pela SEHAB, esse programa objetiva o atendimento, prioritariamente, as pessoas sem acesso à moradia digna, com renda familiar de até 5 salários mínimos, que não possua outro imóvel residencial e/ou nenhum outro tipo de financiamento habitacional e que não tenha sido beneficiado anteriormente por outro programa semelhante.

O beneficiário pagará o imóvel por 15 anos, com prestação equivalente a 10% de sua renda familiar mensal, que será reavaliada anualmente, (parcela não inferior a R\$ 10,00), sem resíduo ao término do prazo contratual.

As modalidades oferecidas no Programa são: Produção de Unidades Habitacionais;

Disponibilização de Unidades Habitacionais já existentes; Reconstrução; Acesso ao Crédito Construtivo.



a) Produção de Unidades Habitacionais consiste na construção de conjuntos habitacionais (empreendimentos com mais de 150 unidades) e de unidades habitacionais isoladas, em pequenos vazios urbanos com a edificação de tipologias multifamiliar ou unifamiliar.

Os conjuntos habitacionais são destinados ao atendimento prioritário das demandas municipais e suplementares aos moradores da região metropolitana

As unidades isoladas ou condomínio formado por um único prédio destinam-se ao atendimento das demandas locais, prioritariamente aos moradores do Bairro e, suplementarmente aos moradores do entorno.

b) A modalidade/projeto Disponibilização de Unidades Habitacionais já Existentes tem por objetivo viabilizar o acesso à moradia através de aquisição pelo Município de unidades habitacionais existentes em áreas de interesse social e que se encontrem ociosas ou subutilizadas ou ainda, ocupadas por famílias de baixa renda oneradas com pagamentos de aluguéis que comprometam mais de 40 % (quarenta por cento) da renda familiar.

A aquisição é efetuada mediante laudo de avaliação e devida justificativa técnica–social, priorizando os imóveis que proporcionem o atendimento ao maior número de beneficiários.

c) A modalidade/projeto de Reconstrução compreende a edificação em áreas atualmente ocupadas por moradias de madeira e/ou outro material inadequado, ou que apresentem instabilidade estrutural, ou ainda, insalubridades não sanáveis.

Essa reconstrução é realizada em terrenos com ocupação consolidada há mais de 5 (cinco) anos, desde que identificados os requisitos para a aquisição da propriedade por meio do usucapião urbano. Serão priorizados neste projeto os imóveis que ofereçam maior grau de risco à saúde e/ou incolumidade física de seus moradores.

d) A modalidade/projeto Acesso ao Crédito Construtivo está destinada ao atendimento da demanda por reforma e/ou ampliação de unidades habitacionais



para pessoas que residam em imóvel, total ou parcialmente, construído com material adequado, que não esteja situado em área de risco ou de interesse ambiental.

e) A modalidade/projeto Carta de Crédito deverá ser destinada ao atendimento por aquisição de unidade habitacional para pessoas que residam em imóvel cedido ou alugado, para a compra, preferencialmente, do imóvel ocupado pela mesma ou em área próxima onde se localiza desde que, o mesmo não esteja contido em área de risco ou de interesse ambiental, seja passível, no futuro, de regularização fundiária e esteja construído com material adequado. Essa modalidade também poderá, particularmente, ser ofertada aos segmentos da demanda demográfica, para atendimento às novas famílias que estarão se constituindo. Nesse caso, o imóvel para compra poderá ou não estar localizado na área onde reside o solicitante da Carta de Crédito.

O Programa Moradia funciona ainda como porta de entrada das demandas dos demais Programas que compõem o HABITAR VITÓRIA, em especial, o Programa Morar Sem Risco e a indicação, através do Plano de Intervenção do Projeto Terra Mais Igual, das famílias residentes nas áreas de interesse social que necessitem de remoção (nova construção), reconstrução ou ampliação e melhoria habitacional.

Os principais desafios do Programa Moradia são:

- A pequena quantidade de vazios com infra-estrutura adequada, principalmente, acessos viários que comportem o aumento de densidade populacional;
- A lentidão dos processos de avaliação e de desapropriação;
- A definição quanto ao instrumento de repasse das unidades habitacionais;
- A definição dos mecanismos de gerenciamento e cobrança do financiamento;
- Normatização da emissão das Cartas de Crédito;
- Maior investimento em intervenção social, nas áreas com unidades com tipologia multifamiliar, uma vez que as famílias passarão a conviver em comunidade condominial, algo até então desconhecido por muitas delas.



Programa Vitória de Todas as Cores – VTC:

Coordenado pela SEHAB, o programa objetiva a promoção de melhorias na qualidade da habitabilidade e do acabamento nos imóveis de modo a desenvolver uma estética urbana especial que propicie a apropriação afetiva do espaço comunitário.

O público alvo do programa são os responsáveis pelos domicílios particulares de uso próprio, contidos em áreas de interesse social, cujo rendimento médio nominal mensal seja de até 3 (três) salários mínimos.

As melhorias habitacionais contidas no Programa são chapisco, reboco, pintura e recuperação/construção de telhados que são repassadas gratuitamente às famílias beneficiárias do programa, através de doação. As melhorias são executadas, no máximo, em 12 meses e, mais 6 meses de acompanhamento social, após a conclusão das mesmas.

O Programa investe ainda no desenvolvimento de ações complementares em parceria com outras secretarias para estimular a melhoria da relação do morador com o seu ambiente físico e social, tais como, orientações de caráter ambiental e de elaboração/construção de painéis em mosaico com temáticas das comunidades.

As pré-condições estabelecidas para acesso ao programa são:

- O bairro possuir condições mínimas de urbanização;
- Bairros com maior concentração de imóveis residenciais;
- O imóvel não estar contido em áreas definidas no Plano de Intervenção do Projeto Terra Mais Igual para fins de remanejamento ou intervenções urbanísticas;
- O imóvel deverá ser edificado em material adequado e não apresentar riscos ou insalubridades insanáveis, devendo estar situado em área passível de regularização;
- O proprietário não possuir outro imóvel e/ou nenhum tipo de financiamento habitacional;



Os principais desafios do Programa são:

- Normatizar o atendimento às famílias residentes em imóveis multifamiliares, onde alguns dos imóveis se enquadram e outros não nos critérios do Programa;
- Diminuir o tempo entre o período do cadastramento e a execução da melhoria;
- Melhorar o nível de articulação entre as Secretarias de modo a compatibilizar prazos de planejamento e intervenção;
- Proceder ao estudo de pigmentação de cor e sua durabilidade;
- Manutenção das melhorias pelo beneficiário;
- Adequação do quadro funcional para o desenvolvimento do programa de modo a cumprir o cronograma e não criar expectativa na comunidade.

Programa Morar no Centro:

O Programa Morar no Centro tem por objetivo contribuir para a revitalização e repovoamento do Centro da Cidade de Vitória, atendendo às famílias com renda familiar de 0 até 6 salários mínimos, que não possuam outro imóvel residencial e/ou nenhum outro tipo de financiamento habitacional e que não tenham sido beneficiadas, anteriormente, por outro programa semelhante.

São modalidades do programa: a Requalificação ou Recuperação de edifícios não residenciais desocupados ou subutilizados e a Construção de Novas Unidades Habitacionais.

As duas modalidades, dependendo da linha de financiamento adotada, poderão ser ofertadas às famílias com renda superior a 6 salários mínimos, entretanto, quanto às regras financeiras de repasse da unidade habitacional, quando o município atuar apenas como facilitador do empreendimento, as regras adotadas serão as estabelecidas pela fonte financiadora e, quando o Município atuar como agente financiador, o beneficiário pagará o imóvel por 15 anos, com prestação equivalente a 10% de sua renda familiar mensal (parcela não inferior a R\$ 10,00), sem resíduo ao término do prazo contratual.



Os principais desafios do programa:

- A identificação de novos imóveis ociosos ou subutilizados para ampliar a escala da oferta habitacional;
- A lentidão dos processos de avaliação e de desapropriação;
- A definição de instrumento para repasse das unidades habitacionais;
- A definição de mecanismos de gerenciamento e cobrança do financiamento;
- A adequação e criatividade no conceito e concepção de projeto que não onere financeiramente o beneficiário final, tipo elevador, portaria e outros;
- Inibição de uso inadequado da área interna do imóvel em relação à estética externa;
- Maior investimento em intervenção social, nas áreas com unidades com tipologia multifamiliar, uma vez que as famílias passarão a conviver comunidade condominial, algo até então desconhecido por muitas delas;
- Adequar o custo da unidade habitacional às exigências das fontes financiadoras, sem prejudicar a qualidade do projeto/obras;

Programa Morar Sem Risco:

Coordenado pela SEHAB, esse programa destina-se ao atendimento de pessoas ou famílias que residam em áreas de risco, interesse ambiental ou de intervenções urbanas nas áreas de ZEIS e as famílias, cujo domicílio apresente instabilidade estrutural e/ou insalubridade localizado fora de área de ZEIS, cuja renda familiar seja de até 03 (três) salários mínimos ou per capita até ½ salário. Compõe o programa, o projeto de Bolsa Moradia, Auxílio Reforma e Auxílio Moradia.

O projeto Bolsa Moradia é um projeto emergencial e temporário, que possibilita o acesso à moradia segura mediante a concessão de subsídio, integral ou parcial, para a locação de imóvel residencial, destinado, prioritariamente, às famílias residentes em áreas de risco e ou de preservação ambiental que estejam sendo beneficiadas por projeto de reassentamento municipal ou que sejam vítimas de catástrofe ou situações de calamidade pública.

Os critérios do Projeto Bolsa Moradia de acesso ao benefício exigem que o solicitante more no local há pelo menos 01 (um) ano ou, excepcionalmente, estar em



alojamento/abrigo provisório por interveniência de programas/projetos públicos; Não estar recebendo outros benefícios que ultrapassem a renda per capita familiar de 01 (um) salário mínimo; Não possuir outro imóvel; Não ter sido beneficiado por outros programas habitacionais do Município; Assinar o Termo de Adesão para reassentamento, estando este com obras iniciadas ou com previsão de início até o ano subsequente (Projeto Terra Mais Igual), ou outra modalidade de oferta de unidade habitacional.

O valor do benefício é de até 1 (um) salário mínimo pelo prazo, máximo, de até 12 meses.

O projeto Auxílio Reforma objetiva viabilizar a reforma de imóveis insalubres e/ou com risco estrutural grave, não localizados em áreas de risco ou de interesse ambiental, que não estejam sendo atendidos pela modalidade/Projeto de Reconstrução, mediante benefício único, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverão ser destinados, obrigatoriamente, à aquisição de material de construção e pagamento de mão de obra.

O projeto Auxílio Moradia é um projeto emergencial que objetiva viabilizar o atendimento às famílias com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos ou renda per capita de 0,5 salário mínimo, que residam em imóveis com risco estrutural e/ou geológico graves localizados em áreas de risco ou de interesse ambiental, que não estejam inseridos em programas ou projetos de reassentamento com execução prevista para até o ano subsequente.

O instrumento para viabilizar tal operação será o Contrato Particular de Compra e Venda do imóvel escolhido pelo beneficiário, que após avaliação técnica que comprove as condições mínimas de habitabilidade e segurança da moradia, será efetuado através de Carta de Crédito ou mediante cheque em nome do beneficiário, que deverá ser endossado em favor do vendedor do imóvel, após a assinatura do Termo de Adesão ao Programa Morar Sem Risco.

Os principais desafios do programa:

- Identificação de imóveis com risco estrutural, de modo a prover o atendimento a uma demanda reprimida;



- Diminuição do prazo para emissão dos laudos de risco e do laudo de avaliação de desapropriação;
- Melhoria da articulação entre as secretarias, pois as ações de habitação são dependentes da intervenção de outras áreas nos processos de avaliação e desapropriação, projetos urbanísticos e sua aprovação, licitação, registro no cadastro imobiliário, dentre outros;
- Manutenção das áreas impróprias à ocupação, desocupadas após a retirada das famílias atendidas pelos programas habitacionais;
- Compatibilização dos prazos entre o enquadramento do beneficiário, o tempo de direito ao auxílio de bolsa moradia e a previsão de repasse da UH até o ano subsequente;
- Avaliação e monitoramento da possível superposição entre os programas habitacionais;

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Essa linha de ação compreende a abertura e consolidação do sistema viário e a complementação de obras, serviços e equipamentos públicos para a integração das ZEIS à cidade formal, garantindo a participação da população e, desenvolvendo os seguintes programas e ações:

Urbanização Integral – Projeto Terra Mais Igual

Coordenado pela Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, envolvendo todas as Secretarias Municipais, o Projeto abrange 15 áreas ocupadas, denominadas Poligonais, sendo que 11 (onze) delas estão localizadas nas encostas do Maciço Central e dos maciços graníticos espalhados pelo município, além de quatro áreas situadas em baixadas, onde estão localizadas e concentradas as famílias com renda de até 5 salários mínimos. A área abrangida pelo Projeto, em sua grande parte, é coincidente com as áreas definidas como ZEIS no Plano Diretor Urbano de Vitória, aprovado em 2006, com exceção das áreas que abarcam parte dos bairros de Grande Vitória, Estrelinha, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santo André, São José e São Pedro. O Projeto Terra Mais Igual tem como principal



objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída efetuando seu empoderamento através de um conjunto integrado de ações, obras e serviços de natureza pública, que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços das demais áreas do município e,

- Contribuir para a ampliação da participação e fortalecimento das organizações sociais e da comunidade, visando à criação de novas perspectivas e valores que contribuam para a melhoria dos índices sociais;
- Implementar ações sociais integradas com vistas à melhoria e ampliação dos serviços e da participação popular em todas as fases de desenvolvimento do Projeto;
- Promover a cultura da paz, almejando a diminuição dos índices de violência, com envolvimento da juventude;
- Proporcionar condições adequadas de habitabilidade, oferecendo condições de infraestrutura, acessibilidade e transporte e implantando equipamentos públicos e comunitários;
- Estabelecer o limite da ocupação, preservando e reflorestando as áreas de interesse ambiental (AIA), intervindo para eliminação ou desocupação das áreas de risco e inibindo novas ocupações, em parceria com a comunidade;
- Promover a melhoria das condições socioeconômicas da população, desenvolvendo mecanismos integrados de incubação, de acesso de desempregados excluídos do mercado, bem como empregados ou empreendedores individuais e coletivos;
- Reassentar as famílias residentes em áreas de interesse ambiental e de risco, no interior ou no entorno da área de intervenção;
- Promover a regularização fundiária e a titulação dos lotes nas áreas públicas municipais e dos reassentamentos realizados pelo Projeto;
- Desenvolver trabalhos de assistência e promoção social relacionados a gênero, etnia e geração de trabalho e renda.

Principais desafios do Projeto:

- Melhorar o nível de articulação e interação entre as secretarias;
- Melhorar a eficácia nos processos de gestão e adequação de prazos para atendimento das demandas solicitadas setorialmente;



- Desenvolver o Plano de Desenvolvimento Humano Sustentável;
- Aprimorar as instâncias de participação popular e os mecanismos de avaliação do projeto;
- Compatibilizar normas e instrumentos com as políticas públicas setoriais;
- Ajustar os limites das Poligonais X ZEIS;

Intervenções Pontuais:

As intervenções pontuais podem ser categorizadas como:

a) Obras do Orçamento Popular

Coordenado pela Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, o Orçamento Popular, iniciado em 1989, passou ao longo dos anos por aperfeiçoamentos de sua metodologia e, constituiu-se como um dos instrumentos de participação da população na administração da cidade onde as obras definidas nesta instância recebem tratamento especial e prioritário da municipalidade. Além disso, o orçamento Popular tem se revelado um instrumento garantidor de que, anualmente, dez por cento da receita disponível municipal seja destinada a investimentos nos bairros.

b) Obras de Emergência para Eliminação de Risco Geológico

Programa coordenado pela SEMOB, Secretaria Municipal de Obras que, através de contrato terceirizado, efetua o monitoramento permanente e a avaliação das áreas de risco, indicando os pontos a serem executados para eliminação do problema identificado.

Além da SEMOB, cumpre papel importante a função desenvolvida pela Coordenação da Defesa Civil, vinculada à Secretaria Municipal de Ação Social, que também realiza, em parceria com a comunidade, o acompanhamento de áreas de risco e imóveis em situação de risco, procedendo à indicação e encaminhamento para que a SEMOB tome as providências necessárias.



c) Construção de Unidades de Saúde e de Unidades Escolares

d) Manutenção e Pequenas Obras

Ação Coordenada pelos 8 (oito) Administradores Regionais, com orçamento destinado a manutenção de obras e serviços e a realização de obras de urbanização e de infraestrutura de pequeno porte.

Regularização fundiária sustentável

Essa linha de ação compreende a efetivação da regularização fundiária sustentável, abrangendo a regularização jurídica de áreas públicas em áreas com urbanização já consolidada e a regularização Urbanística e Jurídica de Áreas Públicas e Privadas no âmbito das ZEIS.

No caso da regularização urbanística no âmbito das ZEIS, os procedimentos para o registro de parcelamento e demais providências urbanísticas é precedido pela intervenção de urbanização, principalmente, efetivada através do Projeto Terra Mais Igual que é assessorado pela Secretaria Municipal de Habitação, através da Assessoria Técnica, responsável pelo acompanhamento do Projeto e pela Gerência de Regularização Fundiária.

Programa Terreno Legal

Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, esse programa objetiva a regularização jurídica dos parcelamentos e assentamentos urbanisticamente consolidados em área pública sob domínio municipal e a regularização urbanística e jurídica de parcelamentos e assentamentos em áreas públicas e privadas contidas no território municipal.

O Programa destina-se a todos os moradores da cidade que residem em áreas irregulares, entretanto, prioriza a sua atuação pela seguinte ordem de importância:



- Regularizar juridicamente os assentamentos urbanisticamente consolidados em área pública sob domínio municipal nas Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS;
- Regularizar juridicamente os assentamentos urbanisticamente consolidados em áreas do PROMORAR, já recebidas sob cessão da União, não contidas nas Zonas de Especial Interesse Social;
- Regularizar urbanisticamente e juridicamente as áreas públicas sob domínio municipal contidas em ZEIS, após a execução do Plano de Urbanização efetivado através do Projeto Terra Mais Igual;
- Regularizar urbanisticamente e juridicamente as áreas particulares contidas em ZEIS, após a execução do Plano de Urbanização efetivado através do Projeto Terra Mais Igual;
- Regularizar juridicamente as áreas públicas sob domínio municipal nas demais áreas da cidade, não contidas em ZEIS;
- Fomentar e apoiar a regularização jurídica em áreas particulares da cidade, não contidas em ZEIS, participando de instâncias organizadas pela iniciativa da sociedade civil, bem como estabelecendo ou revendo, se necessário, os instrumentos de regularização.

Estimativa de Recursos Necessários e Preços de Referência Utilizados para o suprimento das Necessidades Habitacionais

Para estimativa dos recursos a serem investidos tomou-se como referência os preços praticados nos programas em execução, conforme critérios descritos a seguir:

- Construção e Reconstrução de Unidade Habitacional:

Para estimativa dos investimentos em produção de unidades habitacionais, inicialmente, foram analisadas as composições de preços e orçamentos disponibilizados pelo contratante.



➤ Projeto Executivo de Unidades Habitacionais:

Para detalhamento das unidades habitacionais foi previsto na composição dos investimentos recursos correspondentes a elaboração de projetos executivos, adotando-se para contratação destes serviços o valor correspondente a 3% do valor da moradia.

➤ Gerenciamento de Projetos e Obras:

Para cumprimento das metas e objetivos estabelecidos é de fundamental importância que a Secretaria da Habitação conte com recursos materiais e humanos necessários ao acompanhamento e fiscalização de projetos e obras.

Com este objetivo, para complementar o quadro técnico da Secretaria da Habitação foi previsto na composição dos investimentos a contratação de serviços de gerenciamento de projetos e obras, com custo estimado correspondente a 4,5% dos investimentos em projetos e obras.

➤ Adequação e Melhoria Habitacional:

Para o caso de adequação, bem como melhoria habitacional para os imóveis de alvenaria e concreto, após laudo técnico, foi adotado o valor de R\$ 3.500,00.

Este valor foi estabelecido com base no preço médio identificado nos recursos orçados e aplicados no Programa Vitória Todas As Cores. O valor dos laudos técnicos foi estimado em R\$ 600,00/laudo

➤ Instalação Sanitária:

Para execução de instalação sanitária foi adotado o valor de R\$ 1.200,00 por unidade habitacional.

➤ Bolsa Moradia:

Em caso de remoção da família da unidade habitacional, dentre eles, o reassentamento, foi estimado o prazo de 12 meses e considerado o valor de R\$ 380,00 / mês.



➤ Auxílio Reforma:

Foi adotado o valor máximo estabelecido em legislação municipal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)/UH. Para efeito do repasse do auxílio reforma, faz-se necessária a emissão de laudo técnico que foi estimado em R\$ 600,00/laudo.

➤ Auxílio Moradia – Carta de Crédito:

Após valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para construção, definido no Seminário Interno, realizado em 21/dezembro/2007, adotou-se o mesmo valor para a Carta de Crédito do referido projeto.

Para efeito do repasse do auxílio moradia, faz-se necessária a emissão de laudo técnico que foi estimado em R\$ 600,00/laudo.

➤ Regularização Fundiária:

Para regularização fundiária dos lotes foi estimado o valor de R\$200,00 / unidade habitacional.

➤ Carta de Crédito- Programa Moradia:

Foi adotado o valor estabelecido em legislação municipal – R\$ 24.000,00

➤ Desapropriação:

Foi estimado o valor médio de R\$ 4.500,00/UH

➤ Aquisição de imóveis, atualmente, cedidos, alugados e ou fechados:

Foi estimado o valor de R\$ 13.500,00

➤ Aquisição de Áreas e Imóveis Subutilizados em ZEIS ou outras áreas da Cidade:

Foi considerado o valor de R\$ 1.050,00/m².

A Tabela 20 mostra o orçamento consolidado do Plano de Habitação e de regularização Fundiária de Interesse Social.

**Tabela 20:** Orçamento consolidado do Plano Municipal de Habitação e de regularização Fundiária de Interesse Social, 2008.

DESCRIÇÃO	CUSTO/ANO							TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
PROGRAMAS								
1.1.MORADIA								
Produção de UH	7.500.000	3.000.000	4.500.000	1.770.000	3.150.000			19.920.000
Reconstrução de UH	10.860.000	24.360.000	30.720.000	22.410.000	22.500.000	19.380.000	14.580.000	144.810.000
Módulo Hidráulico	120.000	129.600						249.600
Carta de Crédito			11.280.000	12.048.000	6.840.000	10.080.000	9.936.000	50.184.000
Adequação/Melhoria Habitacional	525.000	1.225.000	1.680.000	2.205.000	2.520.000	2.625.000	1.260.000	12.040.000
TOTAL	19.005.000	28.714.600	48.180.000	38.433.000	35.010.000	32.085.000	25.776.000	227.203.600
1.2. VITÓRIA DE TODAS AS CORES	2.905.000	2.978.000	5.449.500	1.879.500	1.470.000	1.400.000		16.082.500
TOTAL	2.905.000	2.978.000	5.449.500	1.879.500	1.470.000	1.400.000		16.082.500
1.3. MORAR NO CENTRO	2.820.000	3.480.000	3.000.000	2.910.000				12.210.000
TOTAL	2.820.000	3.480.000	3.000.000	2.910.000				12.210.000
1.4. TERRENO LEGAL	610.000	788.200	520.000	380.000	343.200	300.000	100.000	3.041.400
TOTAL	610.000	788.200	520.000	380.000	343.200	300.000	100.000	3.041.400
1.5. MORAR SEM RISCO								
Bolsa Moradia	1.345.200,00	1.819.440,00	1.345.200,00	1.345.200,00	629.280,00			6.484.320,00
Auxílio Reforma	168.000	280.000	336.000	392.000	448.000	560.000		2.184.000
Auxílio Moradia	1.774.800	3.060.000						4.834.800
TOTAL	3.288.000,00	5.159.440,00	1.681.200,00	1.737.200,00	1.077.280,00	560.000		13.503.120,00
2.PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL E DE CONTROLE SOCIAL	4.898.244	13.036.177	6.137.026	5.227.342	6.416.567	4.484.511	1.289.384	41.489.251
TOTAL	4.898.244	13.036.177	6.137.026	5.227.342	6.416.567	4.484.511	1.289.384	41.489.251
TOTAL GERAL	33.526.244	54.156.417	64.967.726	50.567.042	44.317.047	38.829.511	27.165.384	313.529.871

Fonte: PMH, 2008.

ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS

Estratégias

Considerando-se que o país dispõe de uma fonte de recurso para aplicação em habitação, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que apresenta disponibilidades crescentes e que, embora seja retornável, traz embutido uma taxa de juro subsidiada; a criação do Sistema Nacional de Habitação, que articulou os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e definiu as funções específicas para cada esfera; a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que desde 2006 vem recebendo recursos do Orçamento Geral da União – OGU; a existência, no município, da Secretaria Municipal de Habitação e do Conselho e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; a



aprovação do Plano Diretor Urbano aprovado à luz do Estatuto da Cidade, bastando apenas proceder à regulamentação de seus instrumentos para as ZEIS, propõe-se estratégias que busquem alavancar recursos onerosos e não onerosos para garantir o atendimento à população com maior necessidade de habitação, bem como a ampliação do nível de participação e controle social da população e das organizações sociais atuantes na área.

Estratégia de ampliação dos investimentos em habitação

- Ampliação progressiva do orçamento do FMHIS, através de aumento de sua participação no orçamento municipal e do aumento de recursos extra-fiscais obtidos através dos instrumentos criados no Plano Diretor;
- Ação política e implementação de mecanismos para viabilizar o repasse de recursos do Estado e da União para o FMHIS;
- Ampliação da captação de recursos onerosos e não onerosos de fundos públicos (FGTS, FAT) e destinação de recursos do FMHIS para subsidiar parte do custo final da unidade habitacional;
- Ampliação de recursos do FAR, do FGTS e do SBPE através de indução dos investimentos do setor privado na faixa de habitação de interesse social;

Estratégias Urbanas, de Gestão e de Controle Social

Em boa parte, a execução dos objetivos e metas estabelecidas neste Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária decorre da aplicação das definições e instrumentos previstos no Plano Diretor Urbano, dos quais destacamos como ações estratégicas:

- Baratear o custo de acesso à terra urbanizada para fins de moradia, bem como reduzir o custo dos empreendimentos habitacionais;
- Implementar novas formas de oferta habitacional e, de enfrentamento das necessidades habitacionais futuras, inclusive, de forma articulada com a Região Metropolitana de Vitória;
- Aprimorar e potencializar a capacidade técnica, administrativa e de gestão dos agentes envolvidos com a produção habitacional de interesse social,



adequando a estrutura organizacional e o modelo de gestão da Secretaria Municipal de Habitação, ampliando o leque de parcerias externas, com vista a cumprir às metas estabelecidas neste Plano;

- Instituir a Coordenação do Banco de Terras e Imóveis e a implantação do Sistema Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária articulado ao Sistema Corporativo da Prefeitura;
- Realizar, anualmente, o Fórum Regional ou Municipal e, a cada dois anos, a Conferência Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária;
- Instituir e regulamentar os Comitês Regionais de Habitação e de Regularização Fundiária de forma articulada aos Conselhos Gestores das ZEIS do tipo 1 e 2, para em parceria com as instâncias administrativas, com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, as comunidades e com as organizações sociais atuantes nas ZEIS, se iniba novas ocupações em áreas impróprias à ocupação (risco e meio ambiente);
- Fomentar e articular junto à Secretaria responsável a formação dos Conselhos Gestores em todas as ZEIS 1 e 2, compostos por representantes dos moradores e da administração municipal, que deverão participar de todas as etapas de elaboração, implementação e monitoramento dos Planos de Desenvolvimento Local, conforme previsto no Plano Diretor Urbano de Vitória.

Cenários

Anterior, a indicação dos dois cenários, um conservador e outro “ideal”, registram-se, as principais vantagens e desvantagens para o suprimento das necessidades habitacionais em Vitória.

Vantagens:

- Histórico de investimento em áreas de interesse social;
- Existência da Secretaria Municipal de Habitação, estruturada e atuante;
- Instrumentos de Gestão, tais como o Conselho e o Fundo Municipal de Interesse Social, o Conselho de Desenvolvimento Urbano, Ambiental e Instâncias de Gerenciamento e de Participação Popular Organizada e Atuante;



- Recurso Financeiro Próprio Disponível e de Terceiros para investimento em áreas de interesse social, bem como uma boa estrutura para captação de novos recursos;
- Possibilidade de ampliação de oferta habitacional através da utilização de tipologia multifamiliar.

Desvantagens:

- Frágil parceria com a Região Metropolitana de Vitória para atendimento às demandas por habitação;
- Poucos espaços para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social;
- Forte pressão do mercado imobiliário e das demais secretarias municipais na “disputa” por área para investimento.

Cenário Conservador

Este cenário reflete uma pequena melhora do quadro atual, insuficiente para a mudança de rumos do processo hoje existente, principalmente, quanto à taxa de oferta de unidades.

Será mantida a média de investimento dos orçamentos disponibilizados para aplicação em provimento habitacional, inclusive, com a manutenção do nível de investimento já previsto e contratado junto ao Governo Federal (urbanização + habitação), entretanto, o tempo para a execução de tais investimentos continua longo, prejudicando a ampliação da oferta de habitação no tempo planejado.

Não haverá avanços na elaboração e adequação de legislação específica urbanística e edilícia para as ZEIS.

Será mantida, e possivelmente, terá continuidade o processo de ocupação de áreas impróprias à habitação, motivadas pelo não atendimento às demandas, pelo fraco controle dessas áreas e pela frágil parceria estabelecida com outras secretarias e com as comunidades.



Haverá pressão de outros segmentos sobre as áreas de interesse social e deslocamentos das famílias beneficiadas para outras áreas da cidade e outros municípios.

A gestão institucional compartilhada para atuação no território das ZEIS não terá avanços significativos, gerando retrabalhos e a manutenção da intervenção segmentada e setorializada.

A oferta habitacional para as áreas de interesse social manterá a média de atendimento dos últimos 10 anos (= menos de 20 UH/ano).

Os instrumentos de captura de mais valia contidos no PDU (outorga onerosa, direito de preferência) não serão utilizados para ampliação do investimento em habitação.

Haverá pequenos avanços na articulação Metropolitana para implementação de um Plano de Habitação de Interesse Social, entretanto, a sua implementação será insignificante e o ônus na implementação de serviços e infraestrutura ficará a cargo do município onde estiver localizado o empreendimento.

Nesse cenário, o município, apesar de ter recursos suficientes para investimento, terá:

- Uma piora das condições ambientais, especialmente aquelas relacionadas ao saneamento básico, o que comprometerá a qualidade de vida da população;
- A ampliação de unidades habitacionais em condições inadequadas de habitabilidade e, a possível ampliação de unidades em áreas de risco e de preservação ambiental;
- A ampliação do déficit habitacional, uma vez que, a produção habitacional, não atende em quantidade e no foco necessário;

Cenário Ideal

Este cenário prevê a ampliação dos recursos próprios do município conforme proposto no PPA – Plano Plurianual de Aplicação, bem como a distribuição dos recursos e a ação articulada das esferas governamentais em nível federal, estadual



e municipal, conforme previsto no Sistema Nacional de Habitação e seus instrumentos de definição de critérios e de repasse de recursos, com foco na oferta de habitação para a população de até 5 salários mínimos.

Prevê ainda que parte dos recursos destinados à habitação e regularização fundiária terão origem nos instrumentos de captação de mais valia definidos no Plano Diretor Urbano.

Que será garantida a moradia digna como direito universal e fator de inclusão social, através do atendimento a 70% das necessidades habitacionais, tendo para tanto, que promover mudanças no quadro atual, principalmente, no tocante:

- A promoção social das famílias e sua manutenção nas ZEIS;
- A remoção de UH em áreas impróprias à ocupação, bem como a destinação de novos usos para tais áreas.
- Ao modelo de gestão compartilhado no âmbito das ZEIS, com intervenções junto aos gerentes políticos e técnicos, de modo a alterar o quadro de articulação e interação entre as secretarias e a agilidade na implementação das ações definidas para atendimento às metas estabelecidas neste Plano;
- A adequação da estrutura organizacional e do modelo de gestão da SEHAB;
- A capacitação técnica do quadro institucional, através de métodos adequados de valorização do saber técnico, articulado com o saber popular e em programas e instrumentos de gestão;
- A regulamentação do uso e da ocupação do solo no âmbito das ZEIS que, estabeleça os parâmetros de adensamento na forma de estoques públicos e privados que permitam o monitoramento constante do crescimento nas ZEIS, bem como a simplificação e agilidade na aprovação e regularização de projetos urbanísticos e edifícios;
- Ao aprimoramento e ampliação da participação popular com a instituição de instâncias regionais para acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária de Interesse Social, bem como para inibição de novas ocupações em áreas impróprias à ocupação;
- A articulação no quadro das políticas públicas, no âmbito da RMGV, inclusive, com a justa distribuição tributária para o município que receber



empreendimento de interesse social, para atendimento metropolitano, nos itens de investimento de serviços e de infra-estrutura;

- Ao aprimoramento do processo de avaliação dos programas e projetos habitacionais e a estruturação do banco de terras e imóveis, bem como a implantação do Sistema de Informação Habitacional e Fundiário articulado ao banco corporativo da Instituição;
- A adoção de modelos habitacionais multifamiliares de modo a atender às necessidades habitacionais em consonância com as normas de acessibilidade e compatível com o sistema viário;
- Ao estabelecimento de novas parcerias e no desembaraço e agilização dos processos de cessão ao Município, pela União e pelo Estado;
- A melhoria das condições ambientais, especialmente aquelas relacionadas ao saneamento básico;

Finalmente, o grande desafio para alcançar esse cenário será a capacitação e capacidade gerencial e operacional das equipes responsáveis pela produção habitacional estabelecida neste Plano (planejamento, gerenciamento e execução) e a criação de instrumentos de avaliação e monitoramento que possibilitem às correções necessárias de percurso.

4. PLANEJAMENTO PARA AS ATIVIDADES DO PRÓXIMO PERÍODO (01/03 A 31/03/2014)

4.1 PRODUTO 01: DEFINIÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMSB

O Relatório Parcial do próximo período contemplará os seguintes assuntos do Produto 01:

- Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental – Participação Social e Comunicação (continuação);



4.2 PRODUTO 02: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O Relatório Parcial do próximo período contemplará os seguintes assuntos do Produto 02:

- Situação dos Serviços de Abastecimento de Água Potável (continuação);
- Situação dos Serviços de Esgotamento Sanitário (continuação);
- Situação dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos dos Serviços de Saúde;
- Situação dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas;



5. REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Presidente: Marina Silva.

MARCA AMBIENTAL. Disponível em: www.marcaambiental.com.br. Acesso em 10 de março de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria de Saúde. Disponível em: www.vitoria.es.gov.br. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

VITÓRIA AMBIENTAL. Disponível em: www.vitoriambiental.com.br. Acesso em 10 de março de 2014.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 5.814, de 30 de dezembro de 2002. Institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) em substituição à Taxa de Limpeza Urbana.